RELATÓRIO DE CONTAS 2025

ABECL

Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua

"A idade não depende dos anos, mas sim do temperamento e da saúde;

umas pessoas já nascem velhas, outras jamais envelhecem"

Índice

1. ENQUADRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025 8
1.1 Contexto Geral 8
1.2 Missão Institucional 8
1.3 Princípios Orientadores 9
1.4 Modelo de Gestão 9
1.5 Enquadramento Estratégico 10
2. A ASSOCIAÇÃO DE BEM-ESTAR EM CRUZ DA LÉGUA 11
2.1 Enquadramento Institucional 11
2.2 Breve Evolução Histórica 11
2.3 Missão 12
2.4 Visão 12
2.5 Valores Institucionais 13
2.6 Área de Intervenção 13
2.7 Respostas Sociais Desenvolvidas 14
3. GOVERNAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MODELO DE GESTÃO 16
3.1 Governo da Instituição 16
3.2 Organização Funcional 16
3.3 Planeamento e Processo de Decisão 17
3.4 Gestão Financeira 17
3.5 Controlo Interno e Prestação de Contas 18
3.6 Relação com os Principais Parceiros Institucionais 18
3.7 Compromisso com a Sustentabilidade Institucional 18
4. EXECUÇÃO DA ATIVIDADE E DESEMPENHO INSTITUCIONAL 20
4.1 Introdução 20
4.2 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) 20
4.3 Centro de Dia 21
4.4 Serviço de Apoio Domiciliário 21
4.5 Apoio às Altas Hospitalares 22
4.6 Atividades de Promoção do Bem-Estar 22
4.7 Avaliação Global da Atividade 23
5. CAPITAL HUMANO, ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS 24
5.1 As Pessoas como Principal Ativo da Associação 24
5.2 Estrutura de Recursos Humanos 24

5.3 Uma Organização Centrada nas Pessoas 25
5.4 Desenvolvimento de Competências 25
5.5 Segurança, Saúde e Bem-Estar no Trabalho 26
5.6 Os Desafios da Gestão de Pessoas 26
5.7 Cultura Organizacional 26
5.8 Reconhecimento 27
6. CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL 28
6.1 Muito Mais do que Prestação de Serviços 28
6.2 A Pessoa no Centro da Intervenção 28
6.3 Apoio às Famílias 29
6.4 Um Pilar da Comunidade 29
6.5 Um Compromisso Intergeracional 30
6.6 Sustentabilidade Social 30
6.7 O Verdadeiro Resultado da Associação 30
6.8 Uma Instituição Construída por Pessoas 31
7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 32
7.1 Introdução 32
7.2 Evolução da Atividade Económica 32
7.3 Estrutura dos Rendimentos 33
7.4 Estrutura dos Gastos 33
7.5 Resultado do Exercício 34
7.6 Estrutura Patrimonial 34
7.7 Liquidez e Equilíbrio Financeiro 35
7.8 Investimento como Fator de Sustentabilidade 35
8. ANÁLISE CRÍTICA DA DIREÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO 36
8.1 Apreciação Global do Exercício 36
8.2 Principais Pontos Fortes 36
8.3 Principais Desafios 37
8.4 Sustentabilidade Económica 37
8.5 Sustentabilidade Social 38
8.6 Sustentabilidade Ambiental 38
8.7 Gestão dos Principais Riscos 38
8.8 Perspetivas para 2026 39
8.9 Conclusão da Direção 40

9. INDICADORES DE DESEMPENHO E ANÁLISE DE GESTÃO 41
9.1 Introdução 41
9.2 Indicadores da Atividade 41
9.3 Indicadores Económicos 42
9.4 Estrutura dos Custos 42
9.5 Análise por Centro de Atividade 43
9.6 Indicadores de Sustentabilidade 43
9.7 Eficiência Organizacional 44
9.8 Indicadores de Valor Social 44
9.9 Conclusões da Direção 45
10. INVESTIMENTO, MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 46
10.1 A política de investimento da Associação 46
10.2 Modernização das Infraestruturas 46
10.3 Eficiência Energética 47
10.4 Transformação Digital 47
10.5 Renovação dos Equipamentos 47
10.6 Investir para Garantir a Continuidade da Missão 48
10.7 Perspetivas de Investimento 48
10.8 Conclusão 49
11. GOVERNAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E COMPROMISSO ÉTICO 50
11.1 Introdução 50
11.2 Compromisso com a Legalidade 50
11.3 Transparência e Prestação de Contas 51
11.4 Responsabilidade na Gestão dos Recursos 51
11.5 Ética Institucional 51
11.6 Proteção dos Direitos dos Utentes 52
11.7 Proteção de Dados e Confidencialidade 52
11.8 Relação com a Comunidade 53
11.9 Melhoria Contínua 53
11.10 Compromisso da Direção 53
12. RECONHECIMENTO, AGRADECIMENTOS E COMPROMISSO COM O FUTURO 54
12.1 Uma Instituição construída por Pessoas 54
12.2 Aos Fundadores 54
12.3 Aos Antigos Dirigentes 54

12.4 Aos Colaboradores 55
12.5 Aos Voluntários e Associados 55
12.6 Às Famílias 56
12.7 Aos Parceiros Institucionais 56
12.8 Aos Utentes 56
12.9 Compromisso com o Futuro 57
12.10 Declaração Final da Direção 57
13. ANÁLISE FINANCEIRA E INTERPRETAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES 58
13.1 Introdução 58
13.2 Estrutura Patrimonial 58
13.3 Fundos Patrimoniais 59
13.4 Estrutura do Financiamento 59
13.5 Estrutura dos Custos 60
13.6 Eficiência Operacional 60
13.7 Análise por Centro de Responsabilidade 61
13.8 Capacidade de Investimento 61
13.9 Conclusões Financeiras 61
14. A DECISÃO DE GESTÃO EM 2025 63
14.1 Gerir uma IPSS é gerir Pessoas 63
14.2 Crescer com Responsabilidade 63
14.3 O Verdadeiro Significado do Resultado Líquido 64
14.4 A Importância dos Investimentos 64
14.5 As Pessoas como Prioridade 65
14.6 O Valor da Confiança 65
14.7 Preparar a Próxima Década 66
14.8 Uma Gestão com Responsabilidade Social 66
14.9 Conclusão 67
15. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES 68
15.1 Enquadramento 68
15.2 Avaliação da Execução do Plano 68
15.3 Principais Objetivos Executados 69
15.4 Grau Global de Execução 70
15.5 Conclusão 70
16. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 71

16.1 Introdução 71
16.2 Análise da Execução 71
16.3 Investimento e Execução Financeira 71
16.4 Conclusão 72
17. CONTROLO INTERNO, ORGANIZAÇÃO E BOA GOVERNAÇÃO 73
17.1 Introdução 73
17.2 Organização Administrativa 73
17.3 Gestão Financeira e Tesouraria 74
17.4 Gestão Patrimonial 74
17.5 Controlo Orçamental 74
17.6 Informação Financeira 75
17.7 Gestão do Risco 75
17.8 Transparência 76
17.9 Melhoria Contínua 76
17.10 Conclusão 76
18. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E CRIAÇÃO DE VALOR A LONGO PRAZO 77
18.1 Sustentabilidade como Pilar Estratégico 77
18.2 Sustentabilidade Económica 77
18.3 Sustentabilidade Social 78
18.4 Sustentabilidade Ambiental 78
18.5 Inovação Organizacional 78
18.6 Eficiência na Utilização dos Recursos 79
18.7 Preparação para os Desafios Futuros 79
18.8 Conclusão 80
19. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 81
19.1 Enquadramento 81
20. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO 82
21. DECLARAÇÃO DA DIREÇÃO 83
22. ANÁLISE INTEGRADA DO DESEMPENHO DA ASSOCIAÇÃO 84
22.1 Introdução 84
22.2 Desempenho Institucional 84
22.3 Desempenho Económico 84
22.4 Desempenho Patrimonial 85
22.5 Desempenho Organizacional 85

22.6 Desempenho Social 85
22.7 Criação de Valor para a Comunidade 86
22.8 Conclusão da Avaliação Integrada 86
23. MATRIZ ESTRATÉGICA DA ABECL (2026–2030) 88
24. MENSAGEM FINAL 91
PARTE II 92
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 92
1. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIREÇÃO 93
2. LEITURA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 94
3. BALANÇO 95
4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 97
5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 99
6. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 101
7. NOTAS DE LEITURA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 102
8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 103
1. Clientes e Utentes 103
2. Estado e outros entes públicos 103
3. Diferimentos 104
4. Caixa e depósitos bancários 104
5. Fundos Patrimoniais 104
6. Outras Contas a receber e a pagar 105
7. Pessoal 105
8. Fornecedores 105
9. Vendas e prestações de serviços 106
10. Fornecimentos e serviços externos 106
11. Gastos com o Pessoal 107
12. Outros Rendimentos e ganhos 107
13. Outros gastos e perdas 108
14. Gastos de depreciação e de amortização 108
15. Juros, dividendos e outros Rendimentos similares 108
16. Gastos e perdas de Financiamento 109
17. Subsídios, doações e legados à Exploração 109
18. Custo das mercadorias consumidas e matérias consumidas 109
9. RESULTADOS POR VALÊNCIAS ANO DE 2025 110

1. ENQUADRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025

1.1 Contexto Geral

O exercício económico de 2025 decorreu num contexto de elevada exigência para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, marcado pela manutenção de uma forte pressão sobre os custos de funcionamento, designadamente ao nível das despesas com recursos humanos, energia, alimentação, combustíveis, serviços especializados e conservação de edifícios e equipamentos.

Paralelamente, o envelhecimento progressivo da população, a crescente complexidade das necessidades dos utentes e das respetivas famílias e o aumento das exigências regulamentares impostas às respostas sociais continuaram a colocar novos desafios às instituições do setor social.

Neste enquadramento, tornou-se essencial assegurar uma gestão prudente dos recursos financeiros, garantindo simultaneamente a qualidade dos cuidados prestados, o cumprimento das obrigações legais e regulamentares e a sustentabilidade da atividade desenvolvida.

A Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua desenvolveu a sua atividade durante o exercício de 2025 procurando responder a estes desafios através de uma gestão baseada nos princípios da responsabilidade, transparência, eficiência e melhoria contínua, mantendo como prioridade absoluta a prossecução da sua missão institucional.

1.2 Missão Institucional

A Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que desenvolve a sua atividade sem fins lucrativos, orientando toda a sua atuação para a promoção do bem-estar da população, com especial incidência no apoio às pessoas idosas e respetivas famílias.

A sua missão consiste na prestação de respostas sociais de qualidade, assentes no respeito pela dignidade da pessoa humana, promovendo a autonomia, a inclusão social, a segurança, o conforto e a melhoria da qualidade de vida dos seus utentes.

Ao longo de mais de quatro décadas de atividade, a Associação consolidou-se como uma instituição de referência no concelho de Porto de Mós, assumindo um papel relevante na rede de equipamentos sociais do distrito de Leiria e contribuindo de forma significativa para a coesão social da comunidade onde se insere.

1.3 Princípios Orientadores

A atuação da Associação assenta num conjunto de princípios que orientam toda a atividade desenvolvida, designadamente:

- Respeito pela dignidade da pessoa humana;
- Solidariedade e responsabilidade social;
- Transparência e rigor na gestão;
- Proximidade com os utentes e famílias;
- Humanização dos cuidados;
- Ética e integridade institucional;
- Eficiência na utilização dos recursos;
- Melhoria contínua da qualidade dos serviços.

Estes princípios constituem a base da atuação diária da Instituição e orientam as decisões da Direção, dos órgãos sociais e de todos os colaboradores.

1.4 Modelo de Gestão

Durante o exercício de 2025, a Direção prosseguiu uma política de gestão orientada para o equilíbrio económico-financeiro da Associação, procurando compatibilizar a sustentabilidade da Instituição com a melhoria contínua das respostas sociais desenvolvidas.

A gestão assentou na monitorização permanente da execução orçamental, na racionalização dos custos operacionais, na realização de investimentos considerados estruturantes e na valorização dos recursos humanos, reconhecendo que estes constituem o principal fator diferenciador da qualidade dos serviços prestados.

Foram igualmente desenvolvidas iniciativas destinadas a reforçar a eficiência energética, modernizar equipamentos, melhorar a infraestrutura tecnológica e criar melhores condições de trabalho para os colaboradores, investimentos que contribuirão para aumentar a sustentabilidade futura da Associação.

1.5 Enquadramento Estratégico

A Direção entende que a sustentabilidade de uma IPSS não depende exclusivamente dos resultados económicos apresentados em cada exercício.

Depende igualmente da capacidade para manter elevados níveis de qualidade dos serviços, assegurar a confiança das famílias, garantir equipas estáveis e qualificadas, adaptar-se às alterações legislativas e responder às necessidades crescentes da comunidade.

Neste contexto, as opções estratégicas adotadas durante o exercício de 2025 privilegiaram:

- a estabilidade financeira da Instituição;
- a valorização dos recursos humanos;
- a modernização das instalações e equipamentos;
- a melhoria contínua da qualidade das respostas sociais;
- a utilização eficiente dos recursos disponíveis;
- o reforço da sustentabilidade económica e ambiental.

Estas linhas orientadoras continuarão a constituir a base da atuação da Associação nos exercícios futuros.

2. A ASSOCIAÇÃO DE BEM-ESTAR EM CRUZ DA LÉGUA

2.1 Enquadramento Institucional

A Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua (ABECL) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como entidade de utilidade pública, que desenvolve a sua atividade na freguesia de Pedreiras, concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria.

Constituída por escritura pública em **12 de fevereiro de 1982**, foi registada como Instituição Particular de Solidariedade Social em **26 de maio de 1983**, iniciando a prestação efetiva das suas respostas sociais em **11 de outubro de 1985**.

Ao longo de mais de quatro décadas de atividade, a Associação consolidou um percurso de crescimento sustentado, assumindo um papel determinante na resposta às necessidades sociais da população, particularmente no apoio à população idosa, contribuindo para o desenvolvimento social da comunidade local e para a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários.

A sua atuação desenvolve-se em estreita articulação com o Instituto da Segurança Social, I.P., o Município de Porto de Mós, a Unidade Local de Saúde da Região de Leiria e diversas entidades públicas e privadas, integrando uma rede de cooperação essencial para a concretização da sua missão.

2.2 Breve Evolução Histórica

A origem da Associação encontra-se profundamente ligada ao espírito solidário da população da Cruz da Légua.

Em 1982 foi constituída uma Comissão Instaladora composta por trinta e quatro elementos da comunidade local, movidos pelo objetivo comum de criar uma instituição capaz de responder às necessidades sociais emergentes, sobretudo das pessoas idosas e das famílias mais vulneráveis.

A designação "Cruz da Légua" encontra igualmente fundamento na história da própria localidade. Segundo a tradição local, o nome terá sido atribuído por **D. Fuas Roupinho**, alcaide do Castelo de Porto de Mós, ao encontrar uma cruz situada aproximadamente a uma légua do castelo, denominação que permanece até aos dias de hoje e constitui um importante elemento identitário da comunidade.

Um dos momentos mais marcantes da história da Instituição foi a doação do edifício que constitui a sua sede por **Joaquim Augusto Coelho da Silva Marques**, figura de reconhecida

importância na comunidade local. Este gesto de elevado espírito solidário permitiu lançar as bases físicas da Associação e representa ainda hoje um exemplo do envolvimento da comunidade na construção do projeto social da ABECL.

Desde então, a Instituição conheceu um crescimento contínuo, quer ao nível das infraestruturas, quer ao nível das respostas sociais disponibilizadas, acompanhando a evolução das necessidades da população e adaptando-se às profundas transformações demográficas verificadas nas últimas décadas.

Este crescimento traduziu-se no aumento da capacidade instalada, na modernização das instalações, na diversificação dos serviços prestados e na profissionalização da organização, consolidando a ABECL como uma instituição de referência no concelho de Porto de Mós.

2.3 Missão

A missão da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua consiste em promover o bem-estar, a dignidade e a qualidade de vida das pessoas que apoia, através da prestação de respostas sociais qualificadas, humanizadas e sustentáveis, contribuindo para a inclusão social, para o envelhecimento digno e para o fortalecimento da comunidade.

Toda a atividade da Associação é desenvolvida numa lógica de proximidade, procurando colocar a pessoa no centro da intervenção social, respeitando a sua individualidade, autonomia, história de vida e direitos fundamentais.

A Instituição procura assegurar não apenas cuidados básicos de alimentação, higiene ou saúde, mas também promover o conforto emocional, o relacionamento interpessoal, a participação social e o envelhecimento ativo, reconhecendo que o bem-estar resulta da conjugação de múltiplas dimensões da vida humana.

2.4 Visão

A ABECL pretende afirmar-se como uma instituição social de referência na região, reconhecida pela qualidade dos serviços prestados, pela competência técnica dos seus colaboradores, pela transparência da sua gestão e pela capacidade de inovação na resposta às necessidades da população.

A Direção entende que a sustentabilidade futura da Associação depende da capacidade para conciliar a excelência técnica das respostas sociais com uma gestão financeiramente

responsável, promovendo simultaneamente a valorização dos recursos humanos, a modernização das infraestruturas e a adoção de práticas organizacionais inovadoras.

2.5 Valores Institucionais

A atuação da Associação assenta num conjunto de valores que orientam toda a sua atividade e constituem a base da cultura organizacional da Instituição.

Destacam-se, entre outros:

- Respeito pela dignidade da pessoa humana;
- Solidariedade;
- Humanização dos cuidados;
- Ética e integridade;
- Responsabilidade social;
- Transparência;
- Rigor na gestão;
- Proximidade;
- Competência técnica;
- Cooperação;
- Melhoria contínua;
- Sustentabilidade.

Mais do que princípios formais, estes valores refletem-se diariamente na forma como os colaboradores, dirigentes e voluntários desempenham as suas funções e se relacionam com os utentes, famílias e restantes parceiros institucionais.

2.6 Área de Intervenção

A atividade da Associação desenvolve-se principalmente no concelho de Porto de Mós, incidindo de forma particular na freguesia de Pedreiras e nas localidades envolventes.

A localização geográfica da Instituição permite assegurar respostas sociais de proximidade, favorecendo a permanência das pessoas idosas no seu contexto comunitário e promovendo uma relação de confiança entre a Instituição, os utentes e as respetivas famílias.

Embora a sua intervenção tenha um forte caráter local, a qualidade dos serviços prestados faz com que a Associação seja procurada por famílias provenientes de outras freguesias do concelho e, em alguns casos, de concelhos limítrofes.

2.7 Respostas Sociais Desenvolvidas

Durante o exercício de 2025, a Associação desenvolveu as seguintes respostas sociais:

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

A ERPI constitui a principal resposta social da Instituição, dispondo de capacidade para **69 residentes**, dos quais **59 lugares abrangidos por acordo de cooperação** com o Instituto da Segurança Social e **10 lugares em regime privado**.

Esta resposta assegura cuidados permanentes, alojamento, alimentação, higiene, tratamento de roupa, acompanhamento nas atividades da vida diária, apoio psicossocial, animação sociocultural e articulação com os serviços de saúde, promovendo a qualidade de vida e a dignidade dos residentes.

Centro de Dia

O Centro de Dia dispõe de capacidade para **15 utentes**, tendo registado uma ocupação média de **11 utentes** durante o exercício.

Esta resposta proporciona alimentação, apoio nas atividades da vida diária, acompanhamento social, atividades ocupacionais e de animação, permitindo retardar situações de institucionalização e promover a permanência das pessoas idosas no seu ambiente familiar.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O Serviço de Apoio Domiciliário possui capacidade para **53 utentes**, registando uma ocupação média de **44 beneficiários**.

Através desta resposta são assegurados serviços de alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupa, limpeza habitacional e outros apoios indispensáveis à permanência dos utentes no seu domicílio, promovendo simultaneamente o apoio às famílias cuidadoras.

Equipa de Apoio às Altas Hospitalares

A Associação colaborou igualmente na resposta de apoio às altas hospitalares, contribuindo para a continuidade dos cuidados e para a recuperação dos utentes após internamento, reforçando a articulação entre a rede hospitalar e as respostas sociais existentes na comunidade.

3. GOVERNAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MODELO DE GESTÃO

3.1 Governo da Instituição

A Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua desenvolve a sua atividade no respeito pelos princípios consignados nos seus Estatutos e no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, assegurando uma gestão orientada para a prossecução exclusiva dos seus fins estatutários e para a satisfação das necessidades da comunidade que serve.

A administração da Instituição compete à Direção, eleita pelos associados, à qual incumbe definir a estratégia de desenvolvimento da Associação, assegurar a gestão dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros, promover a sustentabilidade económica da Instituição e garantir o cumprimento das obrigações legais, estatutárias e regulamentares.

No exercício das suas competências, a Direção procurou assegurar uma gestão assente nos princípios da legalidade, responsabilidade, prudência financeira, transparência e prestação de contas, promovendo uma cultura organizacional orientada para o interesse dos utentes, das respetivas famílias e da comunidade.

A atividade da Direção desenvolveu-se em articulação com os restantes órgãos sociais da Associação, assegurando o regular funcionamento institucional e o cumprimento dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização previstos na lei e nos Estatutos.

3.2 Organização Funcional

A estrutura organizacional da Associação encontra-se orientada para garantir uma gestão eficiente das diferentes respostas sociais, assegurando simultaneamente a proximidade aos utentes e a adequada coordenação entre os diversos serviços.

A atividade desenvolvida assenta numa estrutura técnica e operacional multidisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas de formação, cujas competências contribuem para assegurar uma resposta integrada às necessidades dos utentes.

A organização interna procura garantir uma adequada articulação entre as áreas técnica, administrativa, financeira e operacional, permitindo uma gestão coordenada dos recursos disponíveis e uma atuação centrada na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

A Direção considera que a existência de uma estrutura organizacional estável constitui um fator essencial para garantir a continuidade da atividade e a prossecução da missão institucional.

3.3 Planeamento e Processo de Decisão

A gestão da Associação assenta numa lógica de planeamento anual, através da definição de objetivos, da elaboração do Plano de Atividades e Orçamento e do acompanhamento regular da respetiva execução.

Ao longo do exercício de 2025, as decisões de gestão foram orientadas por critérios de interesse institucional, procurando assegurar a utilização eficiente dos recursos financeiros, a continuidade das respostas sociais e a realização de investimentos considerados prioritários para o desenvolvimento da Instituição.

O processo de decisão procurou conciliar as necessidades operacionais do dia a dia com uma visão estratégica de médio e longo prazo, permitindo responder aos desafios imediatos sem comprometer a sustentabilidade futura da Associação.

A monitorização da execução orçamental, da evolução dos custos e da situação financeira constituiu uma preocupação permanente da Direção, permitindo acompanhar a evolução da atividade e adotar medidas corretivas sempre que necessário.

3.4 Gestão Financeira

A política financeira da Associação foi orientada por princípios de prudência e responsabilidade, privilegiando o equilíbrio entre os recursos disponíveis e as necessidades decorrentes da atividade desenvolvida.

Durante o exercício de 2025, a Direção procurou assegurar o cumprimento atempado das obrigações perante trabalhadores, fornecedores, instituições financeiras e Estado, preservando a credibilidade da Associação junto dos seus parceiros.

A realização de investimentos foi precedida da avaliação da respetiva necessidade e do impacto esperado na atividade da Instituição, privilegiando projetos suscetíveis de melhorar a eficiência operacional, reduzir custos futuros ou reforçar a qualidade das respostas sociais.

Os resultados obtidos demonstram que foi possível compatibilizar a realização de investimentos relevantes com a manutenção de uma situação económico-financeira equilibrada, reforçando a capacidade da Associação para prosseguir a sua missão.

3.5 Controlo Interno e Prestação de Contas

A Direção reconhece que uma gestão responsável exige mecanismos adequados de controlo interno, assegurando a fiabilidade da informação financeira, a proteção do património da Instituição e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

Neste âmbito, foram mantidos procedimentos de controlo e acompanhamento da execução financeira, da gestão orçamental e da movimentação dos recursos patrimoniais, procurando garantir a correta utilização dos meios colocados à disposição da Associação.

A elaboração do presente Relatório e Contas constitui igualmente um instrumento de prestação de contas perante os associados, os utentes, as famílias, os trabalhadores, os financiadores públicos e privados e toda a comunidade, reforçando o compromisso da Instituição com a transparência e a responsabilidade na gestão.

3.6 Relação com os Principais Parceiros Institucionais

A atividade da Associação desenvolve-se em estreita articulação com um conjunto alargado de entidades públicas e privadas, cuja colaboração constitui um fator determinante para a prossecução da missão institucional.

Neste contexto, merece especial destaque a cooperação mantida com o Instituto da Segurança Social, I.P., através dos acordos de cooperação celebrados para as diferentes respostas sociais, bem como a colaboração com o Município de Porto de Mós, as entidades do Serviço Nacional de Saúde, as instituições da rede social concelhia e outras organizações da economia social.

A Direção considera que o fortalecimento destas parcerias continuará a assumir um papel estratégico no desenvolvimento futuro da Associação, potenciando uma resposta mais integrada às necessidades da população.

3.7 Compromisso com a Sustentabilidade Institucional

A Direção entende que a sustentabilidade da Associação não se esgota na obtenção de resultados económicos positivos.

Uma instituição social sustentável é aquela que consegue assegurar, de forma continuada, respostas de qualidade, manter equipas competentes e motivadas, investir na melhoria das suas instalações e equipamentos e preservar a confiança da comunidade.

Foi neste quadro que, durante o exercício de 2025, foram desenvolvidos investimentos na modernização tecnológica, na eficiência energética e na renovação de equipamentos, procurando reforçar simultaneamente a sustentabilidade económica, ambiental e organizacional da Instituição.

A Direção reafirma o compromisso de continuar a promover uma gestão prudente, transparente e orientada para a criação de valor social, assegurando que os recursos disponíveis são utilizados de forma eficiente e exclusivamente ao serviço da missão da Associação.

4. EXECUÇÃO DA ATIVIDADE E DESEMPENHO INSTITUCIONAL

4.1 Introdução

O exercício de 2025 constituiu mais um ano de consolidação da atividade da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua, permitindo assegurar a continuidade das respostas sociais existentes, manter elevados níveis de ocupação e prosseguir um conjunto de investimentos estruturantes destinados à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Ao longo do exercício, a Direção procurou compatibilizar três objetivos fundamentais:

- garantir elevados padrões de qualidade na prestação dos cuidados aos utentes;
- assegurar o equilíbrio económico e financeiro da Instituição;
- preparar a Associação para responder aos desafios futuros decorrentes da evolução demográfica, das exigências regulamentares e da crescente pressão sobre os custos de funcionamento.

A avaliação global efetuada pela Direção permite concluir que os objetivos essenciais definidos para o exercício foram globalmente atingidos.

4.2 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas continuou a representar a principal resposta social da Associação, quer pela sua dimensão, quer pelo impacto social que produz na comunidade.

Durante o exercício de 2025 manteve-se uma ocupação praticamente integral da capacidade instalada, situação que evidencia a confiança depositada pelas famílias na Instituição e demonstra a necessidade permanente desta resposta social no concelho de Porto de Mós.

Para além da satisfação das necessidades básicas dos residentes, a atividade desenvolvida privilegiou uma abordagem centrada na pessoa, promovendo cuidados individualizados, respeito pela autonomia, preservação da dignidade humana e incentivo à participação dos residentes nas diversas atividades desenvolvidas.

A Direção considera que a qualidade desta resposta social resulta essencialmente da dedicação dos colaboradores e da estabilidade das equipas, fatores indispensáveis para assegurar relações de confiança entre residentes, famílias e profissionais.

Foram igualmente assegurados os cuidados de saúde em articulação com os serviços competentes, garantindo acompanhamento clínico, enfermagem, medicação, alimentação adequada, higiene pessoal, tratamento de roupa, limpeza das instalações e acompanhamento psicossocial.

A animação sociocultural continuou igualmente a assumir um papel relevante na promoção do bem-estar dos residentes, contribuindo para combater o isolamento, estimular capacidades cognitivas e reforçar a integração social.

4.3 Centro de Dia

O Centro de Dia manteve durante o exercício um papel importante na prevenção da institucionalização precoce das pessoas idosas, permitindo que diversos utentes permanecessem no seu contexto familiar, beneficiando simultaneamente de acompanhamento diário por parte da Instituição.

Os serviços prestados compreenderam alimentação, higiene, acompanhamento social, apoio nas atividades da vida diária, transporte, atividades ocupacionais e momentos de convívio, contribuindo para a promoção da autonomia e da qualidade de vida dos beneficiários.

Embora esta resposta social apresente uma dimensão inferior relativamente à ERPI, o seu impacto social assume particular relevância por permitir retardar situações de dependência e reforçar o apoio prestado às famílias cuidadoras.

A Direção reconhece que esta resposta social representa igualmente um importante instrumento de combate ao isolamento social, promovendo relações interpessoais, participação comunitária e envelhecimento ativo.

4.4 Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário continuou a afirmar-se como uma resposta social estratégica para a Associação, acompanhando uma tendência crescente de preferência das famílias pela permanência das pessoas idosas no seu domicílio.

Durante o exercício foram assegurados serviços de alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupa, limpeza habitacional, apoio nas atividades da vida diária e

acompanhamento social, respeitando sempre a individualidade de cada utente e promovendo a manutenção da sua autonomia.

A prestação destes cuidados permitiu reduzir situações de isolamento, prevenir institucionalizações desnecessárias e reforçar a qualidade de vida dos beneficiários.

A Direção considera que esta resposta social continuará a assumir importância crescente nos próximos anos, em consequência da evolução demográfica e das alterações verificadas na estrutura das famílias.

4.5 Apoio às Altas Hospitalares

A colaboração da Associação nas respostas de apoio às altas hospitalares permitiu assegurar a continuidade dos cuidados prestados a pessoas em situação de maior vulnerabilidade após internamento hospitalar.

Esta intervenção contribuiu para facilitar o regresso ao domicílio, prevenir situações de reinternamento e promover uma recuperação mais segura e acompanhada, em estreita articulação com as entidades do Serviço Nacional de Saúde.

A Direção entende que este tipo de resposta reforça a missão social da Associação e evidencia a importância da cooperação entre as instituições da área social e da saúde.

4.6 Atividades de Promoção do Bem-Estar

Ao longo do exercício foram promovidas diversas iniciativas destinadas à valorização da qualidade de vida dos utentes, reconhecendo que o envelhecimento digno não se limita à satisfação das necessidades básicas.

As atividades de animação sociocultural, comemoração de datas festivas, convívio intergeracional, celebrações religiosas, atividades recreativas e momentos de participação comunitária constituíram importantes instrumentos de promoção do bem-estar emocional e psicológico dos utentes.

Estas iniciativas contribuíram para reforçar o sentimento de pertença, estimular capacidades cognitivas, incentivar a participação ativa e fortalecer as relações entre os residentes, as respetivas famílias e a comunidade envolvente.

A Direção considera que a componente humana da intervenção social constitui um fator diferenciador da qualidade dos serviços prestados pela Associação.

4.7 Avaliação Global da Atividade

A apreciação efetuada pela Direção permite concluir que a atividade desenvolvida durante o exercício de 2025 correspondeu, de forma globalmente satisfatória, aos objetivos definidos no Plano de Atividades.

A manutenção das diferentes respostas sociais em funcionamento regular, a elevada taxa de ocupação, a estabilidade da atividade desenvolvida e a concretização de investimentos relevantes evidenciam a capacidade da Associação para prosseguir a sua missão num contexto particularmente exigente para o setor social.

A Direção entende que os resultados alcançados refletem não apenas uma gestão prudente dos recursos disponíveis, mas sobretudo o elevado profissionalismo, dedicação e sentido de missão demonstrados diariamente pelos colaboradores da Instituição.

5. CAPITAL HUMANO, ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

5.1 As Pessoas como Principal Ativo da Associação

A Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua desenvolve a sua atividade num setor em que a qualidade dos serviços depende, essencialmente, das pessoas que diariamente os prestam.

Ao contrário de outras organizações, onde o investimento em equipamentos ou tecnologia constitui o principal fator de criação de valor, nas instituições sociais o elemento diferenciador reside na competência técnica, dedicação, disponibilidade e sentido de missão dos seus colaboradores.

A Direção considera que os recursos humanos representam o principal ativo estratégico da Associação, sendo determinantes para a concretização da sua missão e para a confiança que os utentes e respetivas famílias depositam na Instituição.

Os resultados alcançados durante o exercício de 2025 constituem, antes de mais, o reflexo do trabalho diário desenvolvido pelos profissionais que integram a ABECL.

5.2 Estrutura de Recursos Humanos

Durante o exercício de 2025, a Associação contou com um número médio de **62 trabalhadores**, distribuídos pelas diferentes respostas sociais e serviços de apoio, assegurando o funcionamento contínuo da Instituição durante vinte e quatro horas por dia, todos os dias do ano.

A distribuição dos recursos humanos procurou responder às necessidades específicas de cada resposta social, garantindo uma adequada afetação de profissionais às áreas de intervenção mais exigentes.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas concentrou a maior parte dos colaboradores, refletindo a natureza permanente desta resposta social e a necessidade de assegurar cuidados contínuos aos residentes.

O Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário dispuseram igualmente das equipas necessárias ao desenvolvimento da respetiva atividade, assegurando um acompanhamento próximo e personalizado dos utentes.

A Direção considera que a atual estrutura de recursos humanos permitiu responder adequadamente às necessidades da Instituição, embora reconheça que o setor enfrenta crescentes dificuldades na contratação e retenção de profissionais qualificados.

5.3 Uma Organização Centrada nas Pessoas

A qualidade dos cuidados prestados não depende exclusivamente da existência de instalações adequadas ou de equipamentos modernos.

Depende, sobretudo, da capacidade dos profissionais para estabelecer relações de confiança com os utentes, compreender as suas necessidades, respeitar a sua individualidade e prestar cuidados tecnicamente adequados e humanamente diferenciadores.

A Direção procurou promover um ambiente organizacional baseado no respeito mútuo, na cooperação entre equipas e na valorização do trabalho desenvolvido por todos os colaboradores, reconhecendo que apenas organizações internamente coesas conseguem prestar serviços de elevada qualidade.

Ao longo do exercício foram privilegiadas práticas de proximidade entre a Direção, as equipas técnicas e operacionais, procurando incentivar uma cultura organizacional baseada na comunicação, na responsabilidade e no espírito de equipa.

5.4 Desenvolvimento de Competências

A crescente complexidade das respostas sociais exige uma permanente atualização dos conhecimentos técnicos dos profissionais.

Neste contexto, a Associação continuou a incentivar a participação dos colaboradores em ações de formação consideradas relevantes para o exercício das respetivas funções, procurando assegurar a atualização de competências, a melhoria contínua da qualidade dos serviços e o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis ao setor social.

A Direção considera que o investimento na qualificação dos recursos humanos constitui um fator determinante para a sustentabilidade futura da Instituição, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento profissional dos colaboradores e para a melhoria da qualidade dos cuidados prestados.

5.5 Segurança, Saúde e Bem-Estar no Trabalho

O exercício de funções em contexto de apoio social implica elevados níveis de responsabilidade física e emocional.

Consciente desta realidade, a Associação continuou a assegurar o cumprimento das obrigações legais em matéria de segurança e saúde no trabalho, promovendo condições adequadas ao exercício das funções e procurando prevenir riscos profissionais.

A Direção entende que o bem-estar dos colaboradores constitui um fator essencial para garantir a qualidade da intervenção junto dos utentes, reconhecendo que cuidar de quem cuida representa igualmente uma responsabilidade institucional.

5.6 Os Desafios da Gestão de Pessoas

O setor social enfrenta atualmente um conjunto de desafios estruturais que condicionam a gestão dos recursos humanos.

Entre os principais desafios destacam-se a escassez de profissionais qualificados, a elevada exigência física e emocional das funções desempenhadas, a crescente concorrência no mercado de trabalho e a evolução dos custos associados às remunerações e encargos sociais.

A Direção acompanha com preocupação esta realidade, considerando que a valorização das profissões ligadas ao apoio social constitui um dos maiores desafios que as IPSS enfrentarão na próxima década.

Neste contexto, continuará a ser fundamental desenvolver políticas de gestão capazes de promover a estabilidade das equipas, reforçar a motivação dos colaboradores e criar condições de trabalho que favoreçam a retenção de profissionais qualificados.

5.7 Cultura Organizacional

Ao longo da sua história, a Associação construiu uma cultura organizacional fortemente assente nos valores da solidariedade, proximidade, respeito e responsabilidade.

Esta cultura constitui um património imaterial da Instituição e representa um importante fator diferenciador da qualidade dos serviços prestados.

A Direção considera que a preservação desta identidade organizacional deverá continuar a constituir uma prioridade estratégica, assegurando que o crescimento da Instituição decorre sem perda dos valores que estiveram na origem da sua criação.

5.8 Reconhecimento

A Direção manifesta o seu mais profundo reconhecimento a todos os colaboradores da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua.

São eles que, diariamente, garantem o funcionamento da Instituição, prestando cuidados com competência técnica, dedicação, sensibilidade humana e elevado sentido de responsabilidade.

O trabalho desenvolvido pelas equipas ultrapassa largamente o cumprimento das respetivas funções profissionais.

Representa um compromisso diário com a dignidade das pessoas, com o respeito pelos seus direitos e com a construção de uma comunidade mais solidária.

A Direção entende que os resultados apresentados neste Relatório e Contas pertencem igualmente a todos aqueles que, através do seu esforço, dedicação e profissionalismo, contribuíram para que a Associação continuasse a cumprir a sua missão durante o exercício de 2025.

6. CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL

6.1 Muito Mais do que Prestação de Serviços

A Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua não se limita à prestação de respostas sociais.

A sua atividade traduz-se diariamente na criação de valor para as pessoas, para as famílias e para toda a comunidade onde se insere.

Cada refeição servida, cada cuidado de higiene prestado, cada visita domiciliária realizada, cada momento de acompanhamento, cada palavra de conforto e cada gesto de atenção representam uma intervenção que ultrapassa largamente o conceito tradicional de prestação de serviços.

A atividade desenvolvida pela Associação produz benefícios sociais, humanos e comunitários cujo impacto não pode ser integralmente refletido nas demonstrações financeiras.

A contabilidade mede custos, rendimentos, ativos e passivos.

Contudo, existem valores que não podem ser quantificados contabilisticamente, mas que constituem a verdadeira razão de existir da Instituição.

É nesta dimensão que reside o principal património da Associação.

6.2 A Pessoa no Centro da Intervenção

Toda a atividade da Associação encontra-se orientada por um princípio fundamental:

colocar a pessoa no centro de todas as decisões.

Este princípio traduz-se na individualização dos cuidados, no respeito pela história de vida de cada utente, na promoção da sua autonomia e na preservação da sua dignidade.

Cada utente constitui uma pessoa única, com necessidades, expectativas, capacidades e experiências próprias.

A Direção entende que a qualidade dos serviços prestados depende da capacidade da Instituição para reconhecer essa individualidade e adaptar a sua intervenção às características específicas de cada pessoa.

Este modelo de intervenção exige profissionais tecnicamente qualificados, mas exige igualmente sensibilidade humana, disponibilidade, empatia e respeito.

São precisamente estas características que a Direção reconhece nas equipas da Associação.

6.3 Apoio às Famílias

O impacto da atividade desenvolvida pela Associação não se limita aos utentes diretamente apoiados.

Cada resposta social representa igualmente um importante apoio às respetivas famílias.

A institucionalização de um familiar, o recurso ao Centro de Dia ou ao Serviço de Apoio Domiciliário constitui frequentemente uma decisão difícil, acompanhada de preocupações emocionais, sociais e económicas.

A existência de uma instituição de confiança permite às famílias conciliar a sua vida profissional e pessoal com a tranquilidade de saber que os seus familiares beneficiam de cuidados permanentes e qualificados.

Neste sentido, a Associação assume igualmente uma importante função de apoio às famílias cuidadoras, contribuindo para reduzir situações de sobrecarga física e emocional e reforçando a coesão familiar.

6.4 Um Pilar da Comunidade

Ao longo de mais de quarenta anos de atividade, a Associação consolidou-se como uma instituição de referência no concelho de Porto de Mós.

A sua intervenção ultrapassa o âmbito estritamente assistencial, constituindo um importante elemento de coesão social e de desenvolvimento comunitário.

A Instituição contribui para a criação de emprego qualificado, promove a colaboração entre entidades públicas e privadas, dinamiza a participação da comunidade e reforça as redes locais de solidariedade.

A Direção considera que este papel deverá continuar a ser valorizado, reconhecendo que as IPSS constituem parceiros fundamentais das políticas públicas de apoio social.

6.5 Um Compromisso Intergeracional

Embora a principal atividade da Associação se concentre no apoio à população idosa, a sua missão possui igualmente uma importante dimensão intergeracional.

A promoção do respeito pelas pessoas idosas, a valorização da experiência de vida dos residentes e o incentivo à participação da comunidade constituem instrumentos fundamentais para o fortalecimento dos laços entre gerações.

Sempre que possível, a Associação procura promover iniciativas que aproximem diferentes gerações, reconhecendo que o envelhecimento deve ser entendido como uma etapa natural da vida, merecedora de respeito, valorização e integração comunitária.

6.6 Sustentabilidade Social

A sustentabilidade de uma Instituição Particular de Solidariedade Social não depende exclusivamente do equilíbrio financeiro.

Depende igualmente da capacidade para manter equipas motivadas, preservar a confiança das famílias, adaptar as respostas sociais às necessidades emergentes e continuar a desempenhar um papel relevante na comunidade.

Neste contexto, a Direção entende que os investimentos realizados durante o exercício de 2025 — designadamente na modernização tecnológica, na eficiência energética e na renovação de equipamentos — representam não apenas um investimento patrimonial, mas sobretudo um investimento na continuidade da missão institucional.

Investir na Associação significa investir na qualidade dos cuidados, nas condições de trabalho dos colaboradores e na sustentabilidade das respostas sociais prestadas às gerações futuras.

6.7 O Verdadeiro Resultado da Associação

As demonstrações financeiras evidenciam que o exercício de 2025 terminou com um resultado líquido positivo.

Todavia, na perspetiva da Direção, o verdadeiro resultado da Associação não pode ser medido exclusivamente pelo excedente económico obtido.

O verdadeiro resultado encontra-se refletido na confiança que as famílias continuam a depositar na Instituição.

Na dedicação demonstrada diariamente pelos colaboradores.

Na tranquilidade proporcionada aos utentes.

Na capacidade de responder às necessidades da comunidade.

Na preservação da dignidade humana.

Na solidariedade praticada todos os dias.

É este conjunto de resultados que justifica a existência da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua e que constitui a principal motivação para a continuidade da sua missão.

6.8 Uma Instituição Construída por Pessoas

Ao longo da sua história, a Associação foi construída pelo esforço de muitas pessoas.

Dirigentes.

Colaboradores.

Associados.

Voluntários.

Benfeitores.

Parceiros institucionais.

Famílias.

Utentes.

Cada um deixou a sua marca na construção desta Instituição.

Cada um contribuiu para o património humano que hoje caracteriza a Associação.

A Direção considera que preservar este legado constitui uma responsabilidade coletiva, devendo as futuras gerações continuar a desenvolver a Instituição com o mesmo espírito de solidariedade, compromisso e serviço à comunidade que inspirou os seus fundadores.

7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

7.1 Introdução

A análise das demonstrações financeiras constitui um dos principais instrumentos de avaliação da situação económica e financeira da Associação, permitindo apreciar a capacidade da Instituição para prosseguir a sua missão social num quadro de equilíbrio económico, sustentabilidade financeira e utilização eficiente dos recursos disponíveis.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 evidenciam uma situação patrimonial globalmente equilibrada, refletindo uma gestão prudente dos recursos, compatível com a natureza e dimensão da atividade desenvolvida.

Todavia, importa salientar que, numa Instituição Particular de Solidariedade Social, a análise económico-financeira não pode limitar-se à apreciação dos resultados contabilísticos.

O principal objetivo da Associação não consiste na obtenção de lucro, mas sim na criação de valor social através da prestação de respostas sociais de qualidade.

Neste contexto, a avaliação financeira deve ser entendida como um instrumento de suporte à missão institucional e não como um fim em si mesma.

7.2 Evolução da Atividade Económica

O exercício de 2025 caracterizou-se pela manutenção de elevados níveis de atividade, permitindo à Associação assegurar o regular funcionamento das diferentes respostas sociais e manter uma elevada taxa de utilização da capacidade instalada.

Os rendimentos obtidos revelaram-se suficientes para suportar os gastos associados ao funcionamento da Instituição e permitiram gerar um resultado líquido positivo, contribuindo para o reforço dos fundos patrimoniais e da capacidade financeira da Associação.

Este equilíbrio assume particular relevância num contexto económico caracterizado pela persistente pressão sobre os custos com recursos humanos, energia, alimentação, manutenção de equipamentos e aquisição de bens e serviços essenciais.

A Direção considera que os resultados alcançados demonstram a capacidade da Instituição para adaptar a sua gestão às exigências do contexto económico, preservando simultaneamente a qualidade das respostas sociais desenvolvidas.

7.3 Estrutura dos Rendimentos

A estrutura dos rendimentos da Associação manteve, durante o exercício de 2025, uma composição consistente com a natureza das instituições do setor social.

As principais fontes de financiamento continuaram a assentar nas comparticipações dos utentes, nos acordos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social, I.P., e nos restantes rendimentos diretamente relacionados com a atividade desenvolvida.

Esta estrutura de financiamento evidencia a forte ligação entre a sustentabilidade económica da Associação e a estabilidade da ocupação das diferentes respostas sociais.

A manutenção de níveis elevados de ocupação constitui, por isso, um fator determinante para assegurar a continuidade da atividade e o equilíbrio financeiro da Instituição.

A Direção considera prioritária a procura de novas oportunidades de financiamento e o reforço da diversificação das receitas, reduzindo progressivamente a dependência das fontes tradicionais de financiamento.

7.4 Estrutura dos Gastos

A análise da estrutura de gastos evidencia que a principal componente dos custos da Associação continua a corresponder aos encargos com o pessoal.

Esta realidade é inerente à natureza das respostas sociais desenvolvidas, cuja qualidade depende essencialmente da existência de equipas qualificadas, estáveis e disponíveis para assegurar cuidados permanentes aos utentes.

Mais do que um custo, os recursos humanos representam o principal investimento da Instituição.

A qualidade dos cuidados prestados, a confiança das famílias, a segurança dos utentes e a reputação institucional dependem diretamente da competência técnica e do profissionalismo dos colaboradores.

Para além dos gastos com pessoal, assumem igualmente particular relevância os fornecimentos e serviços externos, designadamente alimentação, energia, combustíveis, conservação e reparação, serviços especializados, seguros e comunicações.

A Direção acompanhou permanentemente a evolução destes custos, procurando implementar medidas de racionalização compatíveis com a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

7.5 Resultado do Exercício

O exercício económico de 2025 encerrou com um resultado líquido positivo, traduzindo a capacidade da Associação para compatibilizar a prossecução da sua missão institucional com uma gestão financeiramente equilibrada.

Na perspetiva da Direção, este resultado não deve ser interpretado como um objetivo em si mesmo.

Numa Instituição Particular de Solidariedade Social, a obtenção de resultados positivos constitui sobretudo um instrumento para reforçar a sustentabilidade futura da organização, financiar investimentos necessários, modernizar instalações e equipamentos, reforçar os fundos patrimoniais e assegurar maior capacidade de resposta às necessidades da comunidade.

A Direção entende, por isso, que a geração de resultados positivos representa uma condição indispensável para garantir a continuidade da missão institucional.

7.6 Estrutura Patrimonial

A análise do Balanço evidencia que a Associação dispõe de uma estrutura patrimonial sólida, suportada pelo investimento acumulado ao longo da sua história e pelo reforço gradual dos seus fundos patrimoniais.

O património da Instituição representa o resultado de mais de quatro décadas de investimento, esforço coletivo e compromisso da comunidade com a missão da Associação.

A Direção considera fundamental preservar este património, assegurando a sua manutenção, modernização e valorização, de forma a garantir que continue a servir as gerações futuras.

Os investimentos realizados durante o exercício de 2025 enquadram-se precisamente nesta estratégia de valorização patrimonial e melhoria contínua das condições de funcionamento da Instituição.

7.7 Liquidez e Equilíbrio Financeiro

A gestão da tesouraria constituiu uma preocupação permanente da Direção ao longo do exercício.

O cumprimento atempado das obrigações perante trabalhadores, fornecedores, Estado e demais entidades constitui um indicador fundamental da credibilidade financeira da Associação.

A análise efetuada permite concluir que a Instituição manteve um adequado equilíbrio financeiro, assegurando os recursos necessários ao funcionamento corrente e à realização dos investimentos considerados prioritários.

A Direção continuará a privilegiar uma política financeira prudente, orientada para a manutenção da liquidez, a redução dos riscos financeiros e o reforço da capacidade de investimento da Associação.

7.8 Investimento como Fator de Sustentabilidade

Os investimentos realizados durante o exercício não devem ser analisados apenas na sua dimensão patrimonial.

Representam igualmente um investimento na qualidade dos cuidados, nas condições de trabalho dos colaboradores, na eficiência energética e na sustentabilidade futura da Instituição.

A instalação de painéis fotovoltaicos, a aquisição de uma viatura elétrica, a modernização tecnológica e a renovação de equipamentos refletem uma visão estratégica orientada para a redução de custos futuros, melhoria da eficiência operacional e reforço da responsabilidade ambiental da Associação.

A Direção considera que estas opções contribuirão para aumentar a capacidade competitiva da Instituição e reforçar a sua sustentabilidade económica no médio e longo prazo.

8. ANÁLISE CRÍTICA DA DIREÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO

8.1 Apreciação Global do Exercício

A Direção considera que o exercício de 2025 decorreu de forma globalmente positiva, tendo sido possível assegurar a prossecução da missão institucional da Associação num contexto económico e social particularmente exigente.

A manutenção da atividade das diferentes respostas sociais, a estabilidade da ocupação, a realização de investimentos considerados estruturantes e a obtenção de um resultado líquido positivo evidenciam a capacidade da Instituição para compatibilizar a criação de valor social com uma gestão económica responsável.

Todavia, a Direção entende que a avaliação do desempenho da Associação não pode limitar-se aos indicadores financeiros.

O verdadeiro sucesso da Instituição encontra-se refletido na confiança que os utentes e respetivas famílias continuam a depositar na ABECL, na estabilidade das equipas, na qualidade dos cuidados prestados e na capacidade da Associação para responder diariamente às necessidades da comunidade.

8.2 Principais Pontos Fortes

A análise efetuada permite identificar diversos fatores que contribuíram positivamente para o desempenho da Associação durante o exercício.

Em primeiro lugar, destaca-se a manutenção de elevados níveis de ocupação das respostas sociais, circunstância que permitiu assegurar estabilidade na atividade desenvolvida e reforçar a sustentabilidade económica da Instituição.

Em segundo lugar, importa salientar a capacidade demonstrada pelos colaboradores para assegurar elevados padrões de qualidade na prestação dos cuidados, mesmo num contexto de crescente exigência operacional.

A concretização de investimentos na modernização das instalações, na eficiência energética e na renovação tecnológica constitui igualmente um elemento diferenciador da estratégia seguida pela Direção, refletindo uma preocupação com a sustentabilidade futura da Associação.

Por último, merece especial referência a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da Instituição, permitindo gerar recursos destinados ao reforço dos fundos patrimoniais e ao financiamento de futuros investimentos.

8.3 Principais Desafios

Apesar dos resultados alcançados, a Direção reconhece que subsistem desafios significativos para a gestão futura da Associação.

Entre esses desafios assume particular relevância a crescente dificuldade de recrutamento e retenção de profissionais qualificados, realidade que afeta transversalmente todo o setor social e que condiciona a capacidade das instituições para responder ao aumento da procura de cuidados especializados.

A evolução dos custos com recursos humanos continuará igualmente a representar um dos principais fatores de pressão sobre a estrutura financeira da Associação.

Acrescem ainda os desafios decorrentes da evolução demográfica, da maior complexidade das necessidades dos utentes e da necessidade permanente de adaptação às alterações legislativas e regulamentares aplicáveis ao setor.

A Direção entende que estes fatores exigirão uma gestão cada vez mais exigente, baseada na antecipação dos riscos, na capacidade de adaptação e na procura contínua de soluções inovadoras.

8.4 Sustentabilidade Económica

A sustentabilidade económica da Associação depende da capacidade para manter uma adequada relação entre os recursos disponíveis e os encargos decorrentes da atividade desenvolvida.

Neste contexto, a Direção considera fundamental preservar uma política financeira prudente, orientada para o reforço gradual dos fundos patrimoniais, para a manutenção de níveis adequados de liquidez e para a realização de investimentos sustentáveis.

A obtenção de resultados positivos deverá continuar a ser entendida como um instrumento de consolidação da Instituição e não como um objetivo autónomo da sua atividade.

Os excedentes gerados deverão ser prioritariamente canalizados para o reforço da capacidade operacional da Associação, melhoria das instalações, renovação dos equipamentos e desenvolvimento das respostas sociais.

8.5 Sustentabilidade Social

Mais importante do que o equilíbrio financeiro é a capacidade da Associação para continuar a cumprir a sua missão.

A Direção entende que a verdadeira sustentabilidade de uma IPSS depende da conjugação de diversos fatores:

- estabilidade financeira;
- qualidade técnica das respostas sociais;
- motivação dos colaboradores;
- confiança das famílias;
- credibilidade institucional;
- capacidade de inovação;
- integração na comunidade.

É neste equilíbrio entre sustentabilidade económica e sustentabilidade social que assenta a estratégia da Associação.

8.6 Sustentabilidade Ambiental

Durante o exercício de 2025 foram desenvolvidos investimentos orientados para a melhoria da eficiência energética e para a redução da pegada ambiental da Instituição.

A instalação de painéis fotovoltaicos e a aquisição de uma viatura elétrica representam opções estratégicas que contribuem simultaneamente para a redução dos custos de funcionamento e para a promoção de práticas ambientalmente responsáveis.

A Direção considera que a integração progressiva de critérios ambientais nas decisões de investimento deverá continuar a constituir uma prioridade nos próximos exercícios, em linha com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social.

8.7 Gestão dos Principais Riscos

A atividade desenvolvida pela Associação encontra-se exposta a diversos fatores de risco que poderão influenciar a sua atividade futura.

Entre os principais riscos identificados destacam-se:

Risco Demográfico

O aumento da esperança média de vida e a crescente dependência da população idosa exigem respostas sociais cada vez mais especializadas e diferenciadas.

Risco de Recursos Humanos

A dificuldade de recrutamento de profissionais qualificados constitui atualmente um dos principais desafios das IPSS.

Risco Financeiro

A evolução dos custos com pessoal, energia, alimentação e serviços especializados poderá exercer pressão adicional sobre a estrutura financeira da Instituição.

Risco Regulatório

A permanente evolução da legislação aplicável ao setor social obriga a uma constante adaptação da organização e dos respetivos procedimentos internos.

Risco Tecnológico

A crescente digitalização dos processos administrativos exige investimento contínuo em sistemas de informação, cibersegurança e proteção de dados.

A Direção acompanha regularmente estes riscos, procurando implementar medidas preventivas que reduzam a sua probabilidade de ocorrência e minimizem os respetivos impactos.

8.8 Perspetivas para 2026

A Direção encara o exercício de 2026 com sentido de responsabilidade, mas também com confiança na capacidade da Associação para continuar a responder às necessidades da comunidade.

As prioridades estratégicas para o próximo exercício centrar-se-ão:

- na consolidação da situação económico-financeira da Instituição;
- na valorização dos recursos humanos;
- na melhoria contínua das respostas sociais;

- na modernização das instalações e equipamentos;
- no reforço da eficiência energética;
- na procura de novas oportunidades de financiamento;
- na promoção de uma cultura organizacional orientada para a qualidade, inovação e sustentabilidade.

A Direção acredita que estas prioridades contribuirão para reforçar a capacidade da Associação para enfrentar os desafios futuros e continuar a cumprir a sua missão de serviço à comunidade.

8.9 Conclusão da Direção

Após análise do exercício de 2025, a Direção conclui que a Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua apresenta uma situação económica e financeira compatível com a prossecução da sua missão institucional, dispondo de condições para assegurar a continuidade da sua atividade.

Os resultados obtidos refletem uma gestão prudente dos recursos, uma adequada capacidade de adaptação às circunstâncias do contexto económico e um forte compromisso de todos os colaboradores com a qualidade dos serviços prestados.

A Direção reafirma o seu compromisso de continuar a desenvolver uma gestão responsável, transparente e orientada para a criação de valor social, colocando sempre as pessoas no centro da sua atuação.

9. INDICADORES DE DESEMPENHO E ANÁLISE DE GESTÃO

9.1 Introdução

A Direção considera que a análise das demonstrações financeiras deve ser complementada por um conjunto de indicadores de gestão que permitam avaliar, de forma objetiva, a eficiência operacional, a sustentabilidade económica e a capacidade da Associação para prosseguir a sua missão.

Os indicadores apresentados neste capítulo não constituem um fim em si mesmos.

Representam instrumentos de apoio à decisão, permitindo identificar tendências, antecipar riscos e apoiar a definição das prioridades estratégicas da Instituição.

Nas organizações do setor social, a análise de desempenho deve equilibrar duas dimensões fundamentais:

- a sustentabilidade económica;
- a criação de valor social.

É neste equilíbrio que deve ser avaliado o desempenho da Associação.

9.2 Indicadores da Atividade

Durante o exercício de 2025 a Associação desenvolveu a sua atividade através das respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Apoio às Altas Hospitalares.

Da análise dos dados operacionais disponíveis destacam-se os seguintes indicadores:

Indicador	**Valor**
Número médio de trabalhadores	**62**
Capacidade instalada da ERPI	**69 lugares**
Lugares protocolados na ERPI	**59**
Lugares privados na ERPI	**10**
Capacidade do Centro de Dia	**15 utentes**
Ocupação média do Centro de Dia	**11 utentes**

Indicador	Valor
Capacidade do SAD	**53 utentes**
Ocupação média do SAD	**44 utentes**

A manutenção de elevados níveis de ocupação demonstra a importância das respostas sociais desenvolvidas pela Associação e confirma a confiança que a comunidade continua a depositar na Instituição.

9.3 Indicadores Económicos

Da análise das demonstrações financeiras resulta:

Indicador	Valor
Rendimentos do exercício	**1.775.036,25 €**
Gastos do exercício	**1.662.291,97 €**
Resultado líquido	**112.744,28 €**

O resultado positivo obtido permitiu reforçar a situação patrimonial da Associação e criar condições para prosseguir a política de investimento iniciada nos últimos exercícios.

A Direção considera que este resultado evidencia uma gestão prudente, equilibrada e compatível com a missão institucional da ABECL.

9.4 Estrutura dos Custos

A análise da estrutura dos gastos demonstra que os recursos humanos continuam a representar a principal componente da estrutura de custos da Associação.

Esta realidade é característica das Instituições Particulares de Solidariedade Social e traduz a importância das equipas na prestação de cuidados de qualidade.

Os gastos com pessoal representam aproximadamente **67 % dos gastos totais**, valor compatível com a natureza das respostas sociais desenvolvidas.

Esta percentagem evidencia igualmente que qualquer estratégia de sustentabilidade futura deverá assentar, não na redução indiscriminada de custos, mas na melhoria contínua da eficiência organizacional e na valorização das pessoas.

9.5 Análise por Centro de Atividade

A informação financeira por resposta social constitui um importante instrumento de apoio à gestão.

Da análise efetuada resulta:

Resposta Social	**Resultado**
ERPI	**39.846 €**
Centro de Dia	**(-7.497 €)**
Serviço de Apoio Domiciliário	**37.186 €**
Apoio às Altas Hospitalares	**43.209 €**

Estes resultados devem ser interpretados tendo presente a natureza específica de cada resposta social.

O Centro de Dia apresenta um resultado negativo, situação que não deve ser analisada isoladamente, uma vez que esta resposta desempenha uma função eminentemente social e preventiva, permitindo retardar situações de institucionalização e apoiar as famílias.

As restantes respostas sociais evidenciam resultados positivos, contribuindo para o equilíbrio económico global da Instituição.

A Direção considera que a análise por centro de atividade constitui um importante instrumento de gestão e continuará a merecer especial atenção nos exercícios futuros.

9.6 Indicadores de Sustentabilidade

A sustentabilidade da Associação não depende exclusivamente da obtenção de resultados positivos.

Depende igualmente da capacidade para:

- manter níveis elevados de ocupação das respostas sociais;
- preservar equipas estáveis e qualificadas;
- investir na modernização das instalações;
- assegurar liquidez suficiente;
- reforçar gradualmente os fundos patrimoniais;
- diversificar as fontes de financiamento.

Durante o exercício de 2025 verificaram-se progressos em diversas destas áreas, permitindo reforçar a capacidade futura da Instituição.

9.7 Eficiência Organizacional

A análise global dos indicadores evidencia uma organização com níveis de funcionamento consistentes e uma adequada utilização dos recursos disponíveis.

Os investimentos realizados durante o exercício demonstram que a Direção privilegiou uma estratégia de médio e longo prazo, orientada para a melhoria da eficiência operacional e para a redução de custos futuros.

A aposta na eficiência energética, na modernização tecnológica e na renovação dos equipamentos constitui um exemplo dessa orientação estratégica.

9.8 Indicadores de Valor Social

Embora não possam ser integralmente refletidos na contabilidade financeira, a Direção considera igualmente relevantes os seguintes indicadores de impacto social:

- número de pessoas apoiadas diariamente;
- apoio prestado às famílias cuidadoras;
- manutenção de pessoas idosas no seu meio habitual de vida através do SAD e do Centro de Dia;
- criação e manutenção de emprego qualificado no concelho;
- colaboração com entidades públicas e privadas da rede social;

- promoção da dignidade, autonomia e qualidade de vida das pessoas apoiadas.

Nos próximos exercícios a Associação procurará desenvolver um sistema de indicadores sociais que permita medir de forma objetiva o impacto da sua intervenção na comunidade.

9.9 Conclusões da Direção

A análise dos indicadores de gestão permite concluir que a Associação apresenta um desempenho globalmente positivo, evidenciando uma estrutura organizacional estável, uma situação económico-financeira equilibrada e uma capacidade consistente para prosseguir a sua missão institucional.

A Direção considera, contudo, que os desafios futuros exigirão um esforço permanente de inovação, eficiência e adaptação, reforçando simultaneamente a qualidade das respostas sociais e a sustentabilidade económica da Instituição.

A utilização sistemática de indicadores de desempenho continuará a constituir uma ferramenta essencial para apoiar a tomada de decisão, avaliar os resultados obtidos e promover uma cultura de melhoria contínua.

10. INVESTIMENTO, MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

10.1 A política de investimento da Associação

A Direção entende que uma Instituição Particular de Solidariedade Social apenas consegue assegurar a continuidade da sua missão se desenvolver uma política de investimento permanente, orientada para a melhoria da qualidade dos serviços, para a modernização das infraestruturas e para o reforço da eficiência organizacional.

Neste contexto, as decisões de investimento não foram orientadas por uma lógica de expansão patrimonial, mas sim pela necessidade de preservar e valorizar os ativos existentes, melhorar as condições de funcionamento da Instituição e criar condições para responder às exigências futuras do setor social.

Os investimentos realizados durante o exercício de 2025 enquadram-se numa estratégia de médio e longo prazo, visando simultaneamente reforçar a sustentabilidade económica, melhorar as condições de trabalho dos colaboradores e proporcionar melhores condições de conforto e segurança aos utentes.

A Direção considera que esta política continuará a assumir caráter prioritário nos próximos exercícios, na medida das disponibilidades financeiras da Instituição.

10.2 Modernização das Infraestruturas

Durante o exercício de 2025 prosseguiu o esforço de modernização das instalações e dos equipamentos afetos às diferentes respostas sociais.

Foram desenvolvidas intervenções destinadas a melhorar as condições de funcionamento da Associação, reforçando a fiabilidade das infraestruturas, aumentando a eficiência operacional e promovendo melhores condições de acolhimento dos utentes.

A preservação do património edificado constitui uma preocupação permanente da Direção, reconhecendo que a conservação preventiva representa uma forma mais eficiente de gestão do que a realização de intervenções corretivas de maior dimensão.

Neste sentido, continuará a ser dada prioridade aos investimentos que contribuam para prolongar a vida útil dos ativos e reduzir os custos de manutenção futuros.

10.3 Eficiência Energética

A crescente evolução dos custos energéticos tornou evidente a necessidade de investir em soluções que permitam reduzir os encargos de exploração da Instituição.

Neste enquadramento, a instalação de painéis fotovoltaicos representa um investimento de natureza estrutural, permitindo reduzir a dependência energética da Associação e contribuir para uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Para além do impacto económico esperado, este investimento traduz igualmente o compromisso da Instituição com a sustentabilidade ambiental e com a adoção de práticas de gestão responsáveis.

A Direção entende que a eficiência energética deverá continuar a constituir uma prioridade estratégica nos próximos anos, procurando identificar novas oportunidades de investimento que contribuam para a redução dos custos operacionais.

10.4 Transformação Digital

A crescente digitalização das organizações sociais exige uma atualização permanente das infraestruturas tecnológicas.

Neste contexto, a renovação do servidor informático e a modernização dos sistemas de informação constituíram investimentos relevantes para reforçar a segurança, a fiabilidade e a eficiência dos processos administrativos.

A Direção reconhece que a transformação digital representa atualmente um fator crítico para a boa gestão das instituições sociais, permitindo melhorar a qualidade da informação, reforçar os mecanismos de controlo interno e aumentar a capacidade de resposta da organização.

Nos próximos exercícios será dada continuidade ao processo de modernização tecnológica, promovendo soluções que contribuam para simplificar procedimentos administrativos e reforçar a segurança da informação.

10.5 Renovação dos Equipamentos

A renovação de equipamentos operacionais, designadamente na área da cozinha, dos serviços gerais e do apoio direto às respostas sociais, permitiu melhorar as condições de funcionamento da Instituição e aumentar a eficiência na prestação dos serviços.

A aquisição de uma viatura elétrica constitui igualmente um investimento alinhado com a estratégia de modernização da Associação, permitindo reduzir custos de exploração e promover práticas ambientalmente responsáveis.

A Direção considera que a renovação gradual dos equipamentos deverá continuar a integrar o plano de investimentos da Instituição, evitando situações de obsolescência e reduzindo o risco de interrupções na atividade.

10.6 Investir para Garantir a Continuidade da Missão

Os investimentos realizados durante o exercício não devem ser interpretados apenas na sua dimensão financeira.

Cada investimento efetuado representa uma opção estratégica destinada a reforçar a capacidade futura da Associação para cumprir a sua missão.

Investir em equipamentos significa melhorar os cuidados prestados.

Investir em tecnologia significa melhorar a gestão.

Investir em eficiência energética significa libertar recursos para a atividade social.

Investir nas instalações significa proporcionar melhores condições de vida aos utentes e melhores condições de trabalho aos colaboradores.

Nesta perspetiva, a política de investimento constitui um instrumento essencial para garantir a continuidade e sustentabilidade da Instituição.

10.7 Perspetivas de Investimento

A Direção considera que o processo de modernização da Associação deverá prosseguir nos próximos exercícios, privilegiando investimentos que apresentem simultaneamente impacto social, económico e ambiental.

Sempre que possível, serão procuradas oportunidades de financiamento através de programas nacionais e comunitários, permitindo reduzir o esforço financeiro da Instituição e acelerar a concretização dos investimentos considerados prioritários.

A seleção dos futuros projetos continuará a obedecer a critérios de necessidade, sustentabilidade, eficiência e criação de valor para os utentes e para a comunidade.

10.8 Conclusão

A política de investimento desenvolvida durante o exercício de 2025 demonstra uma visão estratégica orientada para o futuro da Associação.

A Direção considera que os recursos aplicados na modernização das instalações, na eficiência energética, na transformação digital e na renovação dos equipamentos contribuirão para reforçar a capacidade operacional da Instituição, melhorar a qualidade das respostas sociais e assegurar a sustentabilidade da ABECL nos próximos anos.

11. GOVERNAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E COMPROMISSO ÉTICO

11.1 Introdução

A Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua exerce a sua atividade num setor onde a confiança constitui um dos principais ativos institucionais.

A confiança dos utentes, das famílias, dos associados, dos trabalhadores, das entidades financiadoras e da comunidade constrói-se diariamente através da qualidade dos serviços prestados, mas também através da forma como a Instituição é gerida.

Neste contexto, a Direção considera que uma gestão responsável deve assentar em princípios de legalidade, ética, transparência, responsabilidade e prestação de contas, assegurando que todos os recursos colocados à disposição da Associação são utilizados exclusivamente para a prossecução da sua missão estatutária.

O presente Relatório e Contas constitui igualmente um instrumento de transparência, permitindo aos associados e às entidades interessadas conhecer a atividade desenvolvida, os recursos utilizados, os resultados alcançados e os desafios que se colocam à Instituição.

11.2 Compromisso com a Legalidade

A Direção desenvolveu a sua atividade procurando assegurar o integral cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Foram observadas as disposições constantes dos Estatutos da Associação, do Estatuto das IPSS, do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), da legislação laboral, da legislação fiscal e das normas aplicáveis aos acordos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social.

A Direção entende que o cumprimento da lei constitui um dever permanente de qualquer instituição social e representa uma condição essencial para preservar a confiança da comunidade e garantir a continuidade da atividade.

11.3 Transparência e Prestação de Contas

A transparência constitui um princípio estruturante da atuação da Associação.

A Direção considera que todos os associados têm o direito de conhecer a situação económica e financeira da Instituição, os investimentos realizados, os recursos utilizados e os resultados obtidos.

Por esse motivo, o presente Relatório e Contas procura apresentar uma visão clara, rigorosa e compreensível da atividade desenvolvida durante o exercício de 2025, permitindo uma adequada apreciação do desempenho da Associação.

A prestação de contas representa igualmente um exercício de responsabilidade perante os utentes, as famílias, os trabalhadores, os financiadores públicos e privados e toda a comunidade que confia na Instituição.

11.4 Responsabilidade na Gestão dos Recursos

Os recursos financeiros geridos pela Associação resultam essencialmente do esforço das famílias, das comparticipações públicas, dos associados e de todos aqueles que apoiam a Instituição.

A Direção reconhece que estes recursos lhe são confiados para prosseguir uma missão de interesse público e, por essa razão, devem ser administrados com rigor, prudência e sentido de responsabilidade.

Ao longo do exercício foram privilegiadas decisões orientadas para a utilização eficiente dos recursos disponíveis, procurando compatibilizar a realização de investimentos estruturantes com a manutenção do equilíbrio financeiro da Associação.

Esta preocupação continuará a orientar a atuação da Direção nos exercícios futuros.

11.5 Ética Institucional

A Direção considera que a qualidade da gestão não depende exclusivamente do cumprimento das normas legais.

Depende igualmente da observância de elevados padrões éticos em todas as decisões tomadas.

Neste contexto, a atuação dos órgãos sociais procura pautar-se pelos princípios da independência, imparcialidade, integridade, lealdade institucional, responsabilidade e respeito pelos interesses da Associação.

A defesa da missão institucional constitui o critério fundamental que orienta todas as decisões da Direção.

11.6 Proteção dos Direitos dos Utentes

A atividade da Associação desenvolve-se com absoluto respeito pela dignidade da pessoa humana.

Todos os utentes são tratados com igualdade, respeito, confidencialidade e consideração pelas suas necessidades individuais.

A Direção reconhece que a proteção dos direitos dos utentes constitui uma responsabilidade permanente da Instituição e um elemento essencial da qualidade das respostas sociais.

Neste contexto, continuará a ser dada prioridade à humanização dos cuidados, à promoção da autonomia e ao respeito pela vontade e individualidade de cada pessoa apoiada.

11.7 Proteção de Dados e Confidencialidade

A crescente digitalização dos processos administrativos exige especial atenção à proteção da informação.

A Associação procura assegurar que os dados pessoais dos utentes, colaboradores, associados e restantes intervenientes são tratados de forma confidencial e em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

A Direção considera que a confiança depositada na Instituição depende igualmente da forma responsável como são geridas estas informações.

11.8 Relação com a Comunidade

A Associação assume-se como uma instituição aberta à comunidade.

Ao longo da sua história desenvolveu uma estreita colaboração com entidades públicas, organizações da economia social, instituições de saúde, autarquias e diversas organizações locais.

Esta rede de cooperação constitui um importante fator de sucesso da Instituição e continuará a merecer especial atenção por parte da Direção.

A Associação entende que o desenvolvimento social depende da capacidade das diferentes entidades trabalharem em parceria, colocando sempre as pessoas no centro da sua intervenção.

11.9 Melhoria Contínua

A Direção considera que nenhuma organização atinge um estado definitivo de excelência.

A melhoria contínua deve constituir um compromisso permanente, envolvendo dirigentes, colaboradores, utentes, famílias e parceiros institucionais.

Neste contexto, continuará a ser promovida uma cultura organizacional baseada na aprendizagem, na inovação, na avaliação permanente dos resultados e na procura das melhores soluções para responder às necessidades da comunidade.

11.10 Compromisso da Direção

A Direção reafirma o seu compromisso de continuar a exercer uma gestão responsável, transparente e orientada exclusivamente para a prossecução dos fins estatutários da Associação.

Os desafios futuros exigirão capacidade de adaptação, rigor na gestão dos recursos e permanente dedicação à missão institucional.

A Direção assume esse compromisso perante os associados, os utentes, os trabalhadores, as entidades públicas e toda a comunidade que confia na Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua.

12. RECONHECIMENTO, AGRADECIMENTOS E COMPROMISSO COM O FUTURO

12.1 Uma Instituição construída por Pessoas

Ao concluir o exercício de 2025, a Direção entende que importa reconhecer que o percurso da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua é o resultado do esforço coletivo de muitas pessoas que, ao longo de mais de quatro décadas, contribuíram para construir uma instituição sólida, respeitada e profundamente enraizada na comunidade.

Desde a Comissão Instaladora constituída em 1982 até aos atuais órgãos sociais, muitos foram aqueles que colocaram o interesse da Instituição acima dos interesses individuais, dedicando tempo, conhecimento e trabalho à concretização de um projeto de solidariedade que hoje constitui uma referência no concelho de Porto de Mós.

A todos aqueles que contribuíram para este percurso, a Direção manifesta o seu profundo reconhecimento.

12.2 Aos Fundadores

A Direção presta uma homenagem especial aos fundadores da Associação, cuja visão, espírito solidário e capacidade de mobilização permitiram criar uma Instituição que continua, mais de quarenta anos depois, a responder às necessidades da população.

O legado deixado pelos fundadores permanece vivo em cada resposta social desenvolvida, em cada colaborador que integra a Instituição e em cada utente que diariamente beneficia dos cuidados prestados.

Recordar a sua dedicação representa igualmente um compromisso de continuidade, procurando honrar os princípios que estiveram na origem da criação da Associação.

12.3 Aos Antigos Dirigentes

Ao longo da sua história, a Associação contou com o empenho de numerosos dirigentes que, de forma voluntária e desinteressada, assumiram responsabilidades de gestão em diferentes momentos da vida da Instituição.

Cada Direção enfrentou desafios próprios, tomou decisões importantes e contribuiu para o crescimento patrimonial, organizacional e humano da Associação.

A atual Direção reconhece esse contributo e considera que o património hoje existente resulta do trabalho acumulado de sucessivas gerações de dirigentes.

12.4 Aos Colaboradores

A Direção dirige uma palavra de profundo reconhecimento aos colaboradores da Associação.

O exercício de 2025 demonstrou, uma vez mais, que a qualidade dos serviços prestados depende essencialmente das pessoas que diariamente cuidam dos utentes.

São os auxiliares, ajudantes de ação direta, cozinheiros, pessoal da lavandaria, serviços gerais, motoristas, técnicos superiores, enfermeiros, administrativos, responsáveis intermédios e todos os restantes profissionais que transformam diariamente a missão da Associação numa realidade concreta.

O seu profissionalismo, dedicação, disponibilidade e espírito de missão constituem o principal património da Instituição.

Mais do que trabalhadores, são verdadeiros cuidadores de pessoas.

A Direção deixa expresso o seu sincero agradecimento pelo esforço desenvolvido ao longo de todo o exercício.

12.5 Aos Voluntários e Associados

A Associação continua a beneficiar da dedicação de associados e de todos aqueles que, de forma voluntária, colaboram nas suas atividades.

O envolvimento da comunidade representa um importante sinal de confiança na Instituição e reforça o caráter solidário que presidiu à sua criação.

A Direção manifesta o seu reconhecimento pelo apoio prestado, incentivando a continuidade desta participação ativa na vida da Associação.

12.6 Às Famílias

A confiança das famílias constitui um dos maiores ativos da Associação.

A escolha de uma instituição para acolher um familiar representa uma decisão particularmente sensível, baseada na confiança, na credibilidade e na qualidade dos cuidados prestados.

A Direção agradece a todas as famílias que confiaram na ABECL durante o exercício de 2025, reconhecendo igualmente o seu papel fundamental na construção de uma relação de proximidade entre a Instituição e os utentes.

A colaboração das famílias continuará a ser considerada um elemento essencial para a melhoria contínua das respostas sociais.

12.7 Aos Parceiros Institucionais

A Direção manifesta igualmente o seu agradecimento ao Instituto da Segurança Social, I.P., ao Município de Porto de Mós, às entidades da área da saúde, às instituições da Rede Social, às empresas fornecedoras, às entidades públicas e privadas e a todos os parceiros que colaboraram com a Associação ao longo do exercício.

A cooperação institucional constitui um elemento indispensável para o desenvolvimento de respostas sociais eficazes e para o fortalecimento da economia social.

A Direção continuará a privilegiar relações de parceria baseadas na confiança, no respeito institucional e na prossecução de objetivos comuns.

12.8 Aos Utentes

Uma palavra muito especial é dirigida às pessoas que constituem a razão de existir da Associação.

Os utentes representam o centro de toda a atividade desenvolvida.

Cada decisão tomada pela Direção, cada investimento realizado e cada melhoria introduzida procuram responder às suas necessidades e contribuir para uma vida mais digna, mais segura e mais feliz.

A Direção agradece a confiança demonstrada e renova o compromisso de continuar a colocar a pessoa no centro da sua atuação.

12.9 Compromisso com o Futuro

O encerramento do exercício de 2025 não representa o fim de um ciclo.

Representa antes o início de uma nova etapa no desenvolvimento da Associação.

Os desafios que se colocam às Instituições Particulares de Solidariedade Social exigem capacidade de adaptação, inovação, sustentabilidade financeira e permanente valorização das pessoas.

A Direção assume o compromisso de continuar a desenvolver uma gestão prudente, transparente e orientada para a criação de valor social, reforçando a qualidade das respostas prestadas e promovendo o crescimento sustentado da Instituição.

O futuro da Associação dependerá, como sempre dependeu, da capacidade de trabalhar em conjunto, colocando o interesse dos utentes e da comunidade acima de qualquer outro objetivo.

12.10 Declaração Final da Direção

A Direção considera que o presente Relatório e Contas traduz, de forma verdadeira e apropriada, a atividade desenvolvida pela Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua durante o exercício de 2025, bem como a sua situação patrimonial, financeira e económica em 31 de dezembro de 2025.

Os resultados alcançados demonstram que é possível conciliar uma gestão financeiramente responsável com uma forte intervenção social, assegurando simultaneamente a continuidade da missão institucional e a criação de valor para a comunidade.

A Direção agradece a confiança que continua a ser depositada na Associação e reafirma o compromisso de prosseguir uma gestão baseada na responsabilidade, na transparência, na ética e no serviço às pessoas.

13. ANÁLISE FINANCEIRA E INTERPRETAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

13.1 Introdução

A análise das demonstrações financeiras deve constituir um instrumento de apoio à gestão e à tomada de decisão, permitindo compreender não apenas os resultados obtidos durante o exercício, mas também avaliar a capacidade da Instituição para assegurar a continuidade da sua missão.

Neste contexto, a Direção procedeu à análise dos principais indicadores económico-financeiros da Associação, procurando identificar tendências, fatores críticos de sucesso e áreas que merecem acompanhamento futuro.

Os indicadores apresentados não devem ser analisados isoladamente. A sua interpretação deve ser efetuada de forma integrada, atendendo às especificidades das Instituições Particulares de Solidariedade Social, cuja finalidade principal consiste na criação de valor social e não na maximização do resultado económico.

13.2 Estrutura Patrimonial

O Balanço da Associação evidencia uma estrutura patrimonial consistente, resultante do investimento acumulado ao longo da sua história e do reforço gradual dos fundos patrimoniais.

A composição do ativo demonstra que a Instituição possui uma importante componente de ativos fixos tangíveis, correspondente às instalações, equipamentos e restantes bens indispensáveis ao desenvolvimento das respostas sociais.

Esta realidade é característica das IPSS, onde o património imobiliário e os equipamentos representam uma parcela significativa dos recursos afetos à missão institucional.

Paralelamente, o ativo corrente assegura os meios necessários ao funcionamento regular da Associação, permitindo suportar a atividade diária e garantir a liquidez indispensável ao cumprimento das suas obrigações.

A Direção considera que a política seguida ao longo dos últimos anos permitiu consolidar uma estrutura patrimonial sólida, criando bases para a continuidade da atividade.

13.3 Fundos Patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais representam a expressão contabilística do património líquido da Associação e constituem um dos principais indicadores da sua estabilidade financeira.

O resultado líquido positivo obtido no exercício contribui para reforçar estes fundos, aumentando a capacidade da Instituição para suportar investimentos futuros, responder a situações imprevistas e desenvolver novos projetos.

A Direção considera que o reforço gradual dos Fundos Patrimoniais deve continuar a constituir uma prioridade estratégica, contribuindo para reduzir a dependência de financiamento externo e reforçar a autonomia financeira da Associação.

Numa IPSS, o excedente económico não representa distribuição de riqueza pelos associados, mas sim uma forma de fortalecer a própria Instituição e garantir a continuidade da sua missão.

13.4 Estrutura do Financiamento

A atividade da Associação é financiada através de diversas fontes de receita, destacando-se:

- comparticipações dos utentes;
- acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social;
- prestações de serviços;
- outros rendimentos operacionais;
- rendimentos financeiros e extraordinários, quando existentes.

Esta diversidade de fontes constitui um fator positivo, embora a Direção reconheça a importância de continuar a desenvolver novas formas de financiamento que permitam reduzir a dependência das comparticipações tradicionais.

Neste contexto, continuará a ser dada especial atenção às oportunidades de financiamento através de programas nacionais e comunitários, bem como ao desenvolvimento de parcerias que contribuam para reforçar a sustentabilidade económica da Instituição.

13.5 Estrutura dos Custos

A análise da estrutura dos gastos demonstra que os custos com pessoal continuam a representar a principal componente da despesa da Associação.

Esta realidade não constitui uma fragilidade.

Constitui uma consequência natural da atividade desenvolvida.

Nas respostas sociais dirigidas às pessoas idosas, a qualidade do serviço depende diretamente da disponibilidade permanente de profissionais qualificados.

A Direção entende que qualquer análise financeira deverá reconhecer esta especificidade do setor social, evitando interpretações que procurem avaliar uma IPSS segundo critérios exclusivamente empresariais.

Mais importante do que reduzir custos é garantir que cada euro investido contribui para melhorar a qualidade dos cuidados prestados.

13.6 Eficiência Operacional

A análise da execução do exercício permite concluir que a Associação utilizou de forma eficiente os recursos colocados à sua disposição.

A manutenção de níveis elevados de ocupação, a realização de investimentos estruturantes e a obtenção de um resultado líquido positivo demonstram uma adequada articulação entre a gestão operacional e a gestão financeira.

A Direção considera que esta eficiência resulta essencialmente de três fatores:

- estabilidade das equipas;
- planeamento financeiro;
- acompanhamento permanente da execução orçamental.

A conjugação destes fatores permitiu responder às necessidades da Instituição sem comprometer o equilíbrio económico alcançado.

13.7 Análise por Centro de Responsabilidade

A informação financeira organizada por resposta social constitui um importante instrumento de apoio à gestão.

A análise dos resultados evidencia que:

- a **ERPI** continua a assumir um papel central na sustentabilidade económica da Instituição;
- o **Serviço de Apoio Domiciliário** apresenta igualmente uma contribuição positiva para o equilíbrio financeiro;
- o **Centro de Dia**, apesar de apresentar um resultado deficitário, desempenha uma função social cuja relevância ultrapassa a análise estritamente económica;
- a resposta de **Apoio às Altas Hospitalares** evidencia a importância da cooperação institucional e da diversificação das respostas prestadas.

A Direção entende que esta análise deverá continuar a apoiar o processo de decisão, sem perder de vista que todas as respostas sociais são avaliadas, antes de mais, pelo valor social que produzem.

13.8 Capacidade de Investimento

Os resultados obtidos durante o exercício reforçam a capacidade da Associação para prosseguir a política de investimento iniciada nos últimos anos.

A realização de investimentos em eficiência energética, modernização tecnológica e renovação de equipamentos demonstra que a Instituição procura antecipar necessidades futuras, evitando situações de degradação patrimonial e promovendo melhores condições de funcionamento.

A Direção considera que esta política deverá manter-se, privilegiando investimentos que apresentem simultaneamente benefícios económicos, sociais e ambientais.

13.9 Conclusões Financeiras

A análise das demonstrações financeiras permite concluir que a Associação apresenta uma situação económica e financeira equilibrada, compatível com a prossecução da sua missão institucional.

A manutenção de resultados positivos, o reforço dos Fundos Patrimoniais, a realização de investimentos estruturantes e a estabilidade da atividade constituem indicadores favoráveis da evolução da Instituição.

Não obstante estes resultados, a Direção reconhece que os desafios futuros exigirão uma gestão prudente, capacidade de adaptação e permanente monitorização da evolução dos custos e das fontes de financiamento.

A sustentabilidade da Associação dependerá da capacidade para continuar a conciliar equilíbrio financeiro, qualidade das respostas sociais e criação de valor para a comunidade.

14. A DECISÃO DE GESTÃO EM 2025

14.1 Gerir uma IPSS é gerir Pessoas

A Direção entende que a gestão de uma Instituição Particular de Solidariedade Social não pode ser avaliada exclusivamente pelos resultados económicos apresentados no final de cada exercício.

Ao contrário das organizações cuja atividade tem por objetivo principal a obtenção de lucro, uma IPSS existe para responder a necessidades humanas, frequentemente associadas a situações de maior fragilidade social, física ou emocional.

Cada decisão de gestão tomada ao longo de 2025 procurou encontrar um equilíbrio entre duas responsabilidades igualmente importantes:

- garantir a sustentabilidade económico-financeira da Instituição;
- assegurar que nenhuma decisão comprometesse a qualidade dos cuidados prestados aos utentes.

Este equilíbrio constitui, na perspetiva da Direção, o maior desafio da gestão de uma organização social.

14.2 Crescer com Responsabilidade

Ao longo dos últimos anos, a Associação conheceu uma evolução significativa da sua atividade.

O aumento da dimensão da organização implicou igualmente um crescimento das responsabilidades de gestão, exigindo maior capacidade de planeamento, maior rigor financeiro e uma permanente adaptação às exigências legais e regulamentares.

A Direção entende que este crescimento deve continuar a ser sustentado, evitando soluções que possam colocar em risco a estabilidade financeira da Instituição.

Mais importante do que crescer rapidamente é crescer de forma consistente, preservando sempre os valores que estiveram na origem da criação da Associação.

14.3 O Verdadeiro Significado do Resultado Líquido

O resultado líquido positivo apresentado nas demonstrações financeiras não deve ser interpretado como um excedente disponível para distribuição.

Nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, os resultados positivos representam um instrumento indispensável para assegurar a continuidade da missão institucional.

São estes resultados que permitem:

- renovar equipamentos;
- conservar edifícios;
- reforçar os Fundos Patrimoniais;
- responder a imprevistos;
- investir na melhoria das respostas sociais;
- preparar a Instituição para os desafios futuros.

Nesta perspetiva, o resultado económico constitui um meio para alcançar a missão social da Associação e não um objetivo autónomo da sua atividade.

14.4 A Importância dos Investimentos

Ao longo do exercício de 2025 foram concretizados investimentos que representam uma visão de futuro da Instituição.

A instalação de painéis fotovoltaicos, a aquisição de uma viatura elétrica, a renovação de equipamentos e a modernização tecnológica não constituem apenas investimentos patrimoniais.

Representam decisões de gestão orientadas para:

- aumentar a eficiência;
- reduzir custos futuros;
- melhorar as condições de trabalho;
- proporcionar melhores cuidados aos utentes;
- reforçar a sustentabilidade ambiental.

A Direção considera que este tipo de investimento deverá continuar a integrar a estratégia da Associação.

14.5 As Pessoas como Prioridade

Ao analisar a estrutura dos gastos da Associação, verifica-se que os custos com pessoal representam a principal componente da despesa.

Esta realidade não constitui um fator negativo.

Constitui antes a demonstração de que a Instituição investe no elemento mais importante da sua atividade:

as pessoas.

A qualidade dos cuidados depende diretamente da existência de equipas estáveis, motivadas e tecnicamente competentes.

Reduzir indiscriminadamente os custos com pessoal significaria inevitavelmente reduzir a qualidade do serviço prestado.

A Direção rejeita esta visão.

O objetivo da gestão consiste em aumentar a eficiência organizacional sem comprometer a dignidade dos cuidados prestados.

14.6 O Valor da Confiança

A sustentabilidade da Associação depende igualmente da confiança.

Confiança dos utentes.

Confiança das famílias.

Confiança dos trabalhadores.

Confiança dos associados.

Confiança do Instituto da Segurança Social.

Confiança da comunidade.

Esta confiança foi construída ao longo de mais de quarenta anos de atividade e constitui um dos mais importantes ativos da Instituição.

A Direção considera que preservar esta confiança deverá continuar a ser uma prioridade permanente.

14.7 Preparar a Próxima Década

Os desafios futuros das IPSS serão substancialmente diferentes daqueles que marcaram as últimas décadas.

O envelhecimento demográfico, a evolução tecnológica, a dificuldade de recrutamento de profissionais, a crescente exigência regulamentar e a necessidade de investimento permanente obrigam a uma gestão cada vez mais profissionalizada.

Neste contexto, a Direção considera essencial preparar a Associação para responder aos desafios da próxima década, promovendo uma cultura organizacional baseada na inovação, na sustentabilidade, na formação contínua e na melhoria permanente da qualidade.

14.8 Uma Gestão com Responsabilidade Social

A Direção entende que a responsabilidade de uma IPSS ultrapassa a prestação de cuidados.

A Associação constitui igualmente um importante empregador local, um parceiro das entidades públicas e privadas, um elemento de coesão social e um agente de desenvolvimento comunitário.

Cada decisão tomada durante o exercício de 2025 procurou atender a esta responsabilidade alargada, promovendo uma gestão orientada para a criação de valor económico, social e humano.

14.9 Conclusão

Ao concluir o exercício de 2025, a Direção considera que a Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua se encontra preparada para continuar a desenvolver a sua missão com responsabilidade, transparência e sustentabilidade.

Os resultados alcançados refletem o trabalho conjunto dos órgãos sociais, dos colaboradores, dos associados, dos voluntários, das famílias e de todos aqueles que diariamente contribuem para o sucesso da Instituição.

Mais do que um conjunto de demonstrações financeiras, este Relatório e Contas pretende constituir um testemunho do compromisso da Associação com as pessoas, com a comunidade e com os valores da solidariedade.

15. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

15.1 Enquadramento

O Plano de Atividades para o exercício de 2025 constituiu o principal instrumento de planeamento da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua, definindo os objetivos estratégicos, operacionais e financeiros que orientaram a atividade da Instituição ao longo do exercício.

A Direção considera que o planeamento constitui um elemento essencial da boa governação das Instituições Particulares de Solidariedade Social, permitindo orientar a utilização dos recursos disponíveis, estabelecer prioridades de intervenção e avaliar o grau de concretização dos objetivos definidos.

A execução do Plano foi acompanhada regularmente pela Direção, permitindo monitorizar a evolução da atividade, identificar eventuais desvios e introduzir os ajustamentos considerados necessários face às circunstâncias verificadas durante o exercício.

De uma forma global, a Direção considera que os objetivos estabelecidos para 2025 foram alcançados de forma amplamente satisfatória, contribuindo para o reforço da sustentabilidade da Instituição e para a melhoria da qualidade das respostas sociais.

15.2 Avaliação da Execução do Plano

A execução do Plano de Atividades permitiu consolidar a atividade da Associação, reforçando simultaneamente a capacidade de resposta às necessidades da comunidade.

Durante o exercício foram prosseguidos os objetivos estratégicos definidos pela Direção, designadamente:

- assegurar a continuidade e qualidade das respostas sociais existentes;
- promover uma gestão económica e financeiramente equilibrada;
- reforçar a sustentabilidade patrimonial da Instituição;
- investir na modernização tecnológica;
- melhorar a eficiência energética;
- valorizar os recursos humanos;
- promover a melhoria contínua da organização.

A Direção considera que a concretização destes objetivos contribuiu decisivamente para os resultados alcançados durante o exercício.

15.3 Principais Objetivos Executados

Ao longo de 2025 foram concretizadas diversas ações previstas no Plano de Atividades, destacando-se:

Modernização da Instituição

Prosseguiu-se a política de modernização das instalações e equipamentos, privilegiando investimentos suscetíveis de melhorar a qualidade dos serviços prestados e aumentar a eficiência operacional da Associação.

Eficiência Energética

Foi concretizado o investimento na instalação de painéis fotovoltaicos, permitindo reduzir progressivamente os custos energéticos e reforçar o compromisso ambiental da Instituição.

Renovação Tecnológica

Procedeu-se à renovação do servidor informático e ao reforço das infraestruturas tecnológicas de apoio à gestão, melhorando a segurança da informação e a fiabilidade dos processos administrativos.

Reforço dos Equipamentos

Foram adquiridos novos equipamentos destinados às diferentes respostas sociais, melhorando as condições de funcionamento da Associação e proporcionando melhores condições de trabalho aos colaboradores.

Sustentabilidade Financeira

Foi mantida uma política de gestão prudente dos recursos financeiros, permitindo assegurar o equilíbrio económico do exercício e gerar capacidade de investimento para o futuro.

15.4 Grau Global de Execução

Na apreciação da Direção, o Plano de Atividades apresentou um elevado grau de execução.

Os principais investimentos previstos foram concretizados, a atividade das respostas sociais decorreu com normalidade e os objetivos financeiros definidos para o exercício foram globalmente atingidos.

As situações que não puderam ser integralmente concretizadas decorreram essencialmente de fatores externos, designadamente constrangimentos associados ao mercado de trabalho, prazos de fornecimento de equipamentos e evolução dos custos de determinados bens e serviços.

Estas circunstâncias não comprometeram, contudo, a prossecução da missão institucional da Associação.

15.5 Conclusão

A Direção considera que a execução do Plano de Atividades demonstra a capacidade da Associação para planear, executar e avaliar a sua atividade de forma estruturada, reforçando a cultura de responsabilidade, transparência e melhoria contínua.

Os resultados alcançados constituem igualmente um incentivo para continuar a desenvolver uma gestão baseada em objetivos, indicadores e avaliação permanente do desempenho institucional.

16. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

16.1 Introdução

O orçamento aprovado para o exercício de 2025 constituiu o principal instrumento de planeamento financeiro da Associação, estabelecendo as previsões de rendimentos, gastos e investimentos considerados necessários para assegurar o regular funcionamento da Instituição.

Ao longo do exercício, a Direção acompanhou de forma sistemática a execução orçamental, promovendo uma gestão prudente dos recursos disponíveis e adotando as medidas consideradas necessárias para garantir o equilíbrio económico e financeiro da Associação.

A monitorização periódica da execução do orçamento permitiu identificar atempadamente eventuais desvios e assegurar uma adequada articulação entre os objetivos inicialmente definidos e a realidade operacional da Instituição.

16.2 Análise da Execução

A execução orçamental demonstra que a Associação conseguiu desenvolver a sua atividade respeitando os princípios de rigor financeiro e utilização eficiente dos recursos.

A evolução dos rendimentos permitiu acompanhar o crescimento da atividade, enquanto a evolução dos gastos foi objeto de permanente acompanhamento por parte da Direção, procurando minimizar o impacto da inflação e do aumento dos custos de funcionamento.

A Direção considera que o equilíbrio alcançado entre receitas e despesas evidencia a adequação das opções de gestão adotadas durante o exercício.

16.3 Investimento e Execução Financeira

A execução orçamental permitiu igualmente assegurar a concretização dos investimentos considerados prioritários para a modernização da Instituição.

Estes investimentos foram realizados sem comprometer a estabilidade financeira da Associação, demonstrando uma adequada capacidade de planeamento e de gestão dos recursos disponíveis.

A Direção entende que esta capacidade constitui um importante fator de confiança para os associados, financiadores e restantes parceiros institucionais.

16.4 Conclusão

Na apreciação da Direção, a execução orçamental do exercício de 2025 revela uma adequada correspondência entre o planeamento inicialmente definido e os resultados efetivamente alcançados.

Esta circunstância reforça a confiança na capacidade de gestão da Associação e constitui um importante indicador da sustentabilidade da sua atividade.

17. CONTROLO INTERNO, ORGANIZAÇÃO E BOA GOVERNAÇÃO

17.1 Introdução

A Direção considera que uma gestão responsável exige a existência de procedimentos internos que assegurem a adequada utilização dos recursos da Instituição, a fiabilidade da informação financeira, o cumprimento das obrigações legais e a proteção do património da Associação.

O sistema de controlo interno constitui um instrumento essencial de apoio à gestão, permitindo reduzir riscos operacionais, reforçar a transparência, promover a responsabilização dos diversos intervenientes e contribuir para a melhoria contínua da organização.

Neste contexto, a Associação procura desenvolver a sua atividade de acordo com princípios de rigor, prudência, segregação de funções e permanente acompanhamento da execução financeira e operacional.

Embora a dimensão da Instituição não permita a existência de estruturas de auditoria interna formalmente constituídas, a Direção considera que os mecanismos de controlo implementados contribuem para assegurar uma gestão adequada dos recursos disponíveis.

17.2 Organização Administrativa

A atividade administrativa da Associação encontra-se organizada de forma a assegurar o regular funcionamento das diferentes respostas sociais e a produção de informação fiável para apoio à gestão.

Os processos administrativos desenvolvem-se em articulação com os serviços técnicos, financeiros e operacionais, permitindo assegurar o adequado registo das operações, o cumprimento das obrigações legais e a preparação da informação necessária à tomada de decisão.

A Direção promove igualmente uma cultura de responsabilização, procurando que cada colaborador conheça claramente as funções que lhe estão atribuídas e os procedimentos aplicáveis à sua área de intervenção.

17.3 Gestão Financeira e Tesouraria

A gestão financeira da Associação assenta em princípios de prudência, controlo e responsabilidade.

A Direção acompanha regularmente a evolução da tesouraria, assegurando a existência dos recursos necessários ao cumprimento atempado das obrigações perante trabalhadores, fornecedores, instituições financeiras e Estado.

Os pagamentos são efetuados de acordo com procedimentos previamente definidos, respeitando critérios de autorização, validação documental e disponibilidade financeira.

A monitorização permanente da liquidez permite antecipar necessidades de financiamento e garantir o equilíbrio financeiro da Instituição.

17.4 Gestão Patrimonial

O património da Associação representa um dos seus principais ativos estratégicos.

A Direção considera essencial assegurar a adequada conservação dos edifícios, equipamentos e restantes bens afetos à atividade, promovendo uma política de manutenção preventiva que permita preservar o valor patrimonial da Instituição e reduzir custos futuros de reparação.

Os investimentos realizados durante o exercício refletem esta preocupação, privilegiando a modernização das infraestruturas, a renovação de equipamentos e a melhoria da eficiência operacional.

17.5 Controlo Orçamental

O orçamento anual constitui um instrumento fundamental de planeamento e acompanhamento da atividade.

Ao longo do exercício a Direção monitorizou regularmente a execução orçamental, comparando a evolução efetiva dos rendimentos, gastos e investimentos com as previsões inicialmente aprovadas.

Sempre que necessário foram adotadas medidas corretivas destinadas a assegurar o equilíbrio financeiro da Instituição e a adequada utilização dos recursos disponíveis.

Este acompanhamento permitiu reforçar a capacidade de decisão e aumentar a previsibilidade da gestão financeira.

17.6 Informação Financeira

A Direção considera que a qualidade da informação contabilística constitui um fator essencial para uma gestão eficiente.

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), procurando refletir de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial, financeira e económica da Associação.

A informação produzida constitui igualmente um importante instrumento de prestação de contas perante os associados, as entidades públicas e os restantes interessados.

17.7 Gestão do Risco

O acompanhamento dos principais riscos constitui parte integrante do processo de gestão da Associação.

A Direção procede regularmente à identificação e avaliação dos riscos suscetíveis de afetar a atividade da Instituição, procurando implementar medidas preventivas que reduzam a probabilidade da sua ocorrência e minimizem os respetivos impactos.

Entre os principais riscos identificados destacam-se:

- evolução dos custos com recursos humanos;
- dificuldade de recrutamento de profissionais qualificados;
- aumento dos custos energéticos;
- alterações legislativas;
- necessidade de investimento permanente nas infraestruturas;
- evolução das necessidades da população idosa.

A monitorização destes fatores continuará a integrar as prioridades da Direção.

17.8 Transparência

A transparência constitui um dos princípios fundamentais da atuação da Associação.

A Direção considera que uma gestão transparente reforça a confiança dos associados, dos utentes, das famílias, das entidades financiadoras e da comunidade em geral.

Neste sentido, procura assegurar uma comunicação clara da atividade desenvolvida, dos recursos utilizados e dos resultados alcançados, promovendo uma cultura de responsabilidade e prestação de contas.

17.9 Melhoria Contínua

A Direção entende que a melhoria contínua representa um compromisso permanente da Instituição.

Ao longo do exercício foram desenvolvidas diversas iniciativas destinadas a aumentar a eficiência organizacional, melhorar os processos administrativos, modernizar equipamentos e reforçar a qualidade das respostas sociais.

Esta cultura de melhoria contínua continuará a orientar a atuação da Associação, procurando responder às necessidades crescentes da comunidade e às exigências do setor social.

17.10 Conclusão

A Direção considera que os procedimentos de organização, controlo interno e acompanhamento da atividade atualmente implementados constituem uma base adequada para assegurar uma gestão responsável, transparente e orientada para a sustentabilidade da Associação.

Não obstante, reconhece que a melhoria dos sistemas de gestão constitui um processo contínuo, pelo que continuará a promover iniciativas destinadas ao reforço da eficiência organizacional, da qualidade da informação e da capacidade de resposta da Instituição.

18. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E CRIAÇÃO DE VALOR A LONGO PRAZO

18.1 Sustentabilidade como Pilar Estratégico

A Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua encara a sustentabilidade como um princípio estruturante da sua atividade, entendendo que apenas uma instituição economicamente equilibrada, socialmente responsável e ambientalmente consciente poderá assegurar a continuidade da sua missão no médio e longo prazo.

Neste contexto, a Direção desenvolveu durante o exercício de 2025 uma estratégia orientada para a consolidação financeira da Associação, para a valorização do seu capital humano, para a modernização das infraestruturas e para a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

A sustentabilidade institucional deve ser entendida numa perspetiva integrada, abrangendo não apenas a situação económico-financeira da Associação, mas igualmente a sua capacidade para responder às necessidades futuras da comunidade.

18.2 Sustentabilidade Económica

O equilíbrio económico alcançado durante o exercício permitiu reforçar a capacidade financeira da Instituição e criar condições para a realização de investimentos considerados essenciais ao seu desenvolvimento.

A Direção considera que a sustentabilidade económica não se traduz na acumulação de excedentes financeiros, mas antes na capacidade para gerar recursos suficientes que permitam:

- assegurar a continuidade das respostas sociais;
- manter instalações e equipamentos em condições adequadas;
- investir na modernização da Instituição;
- responder a situações imprevistas;
- reforçar os Fundos Patrimoniais;
- garantir estabilidade às futuras gerações de dirigentes.

Esta visão continuará a orientar a gestão da Associação.

18.3 Sustentabilidade Social

A principal riqueza da Associação reside na sua capacidade para gerar valor social.

Todos os dias são prestados cuidados que dificilmente podem ser traduzidos em indicadores financeiros.

Cada utente apoiado representa uma história de vida.

Cada família acompanhada representa uma preocupação partilhada.

Cada colaborador representa um compromisso diário com a solidariedade.

Neste contexto, a Direção considera que o principal indicador de sustentabilidade da Associação continua a ser a confiança que a comunidade deposita na Instituição.

18.4 Sustentabilidade Ambiental

A crescente preocupação com a utilização eficiente dos recursos naturais levou a Associação a desenvolver investimentos orientados para a redução do consumo energético e para a melhoria da eficiência ambiental.

A instalação de painéis fotovoltaicos constitui um exemplo desta estratégia, permitindo simultaneamente reduzir custos de exploração e diminuir a pegada ambiental da Instituição.

A aquisição de uma viatura elétrica insere-se igualmente nesta política de modernização sustentável.

Nos próximos exercícios continuará a ser dada prioridade a investimentos que conciliem eficiência económica e responsabilidade ambiental.

18.5 Inovação Organizacional

A inovação não deve ser entendida apenas como inovação tecnológica.

Numa Instituição Particular de Solidariedade Social, inovar significa igualmente melhorar processos, reorganizar serviços, desenvolver novas formas de intervenção e criar soluções que permitam responder de forma mais eficaz às necessidades da população.

Ao longo do exercício de 2025 a Direção procurou introduzir melhorias na organização interna, reforçando a digitalização de procedimentos administrativos, promovendo maior eficiência operacional e incentivando uma cultura de melhoria contínua.

A inovação continuará a constituir um fator determinante da competitividade das organizações do setor social.

18.6 Eficiência na Utilização dos Recursos

A responsabilidade na gestão dos recursos financeiros constitui um dos princípios fundamentais da atuação da Direção.

Durante o exercício foram adotadas diversas medidas destinadas a melhorar a eficiência da utilização dos recursos disponíveis, procurando assegurar que cada investimento realizado produzisse benefícios concretos para a atividade da Associação.

A racionalização dos consumos, a modernização dos equipamentos, a melhoria da eficiência energética e a reorganização de diversos processos internos contribuíram para reforçar a sustentabilidade económica da Instituição.

18.7 Preparação para os Desafios Futuros

A evolução demográfica, o envelhecimento da população, a crescente escassez de profissionais qualificados e o aumento das exigências regulamentares constituem desafios que obrigam as IPSS a desenvolver modelos de gestão cada vez mais profissionais.

A Direção considera que a preparação da Associação para estes desafios exige uma visão estratégica de longo prazo, baseada em três prioridades fundamentais:

- reforço da sustentabilidade financeira;
- valorização permanente dos recursos humanos;
- investimento contínuo na modernização das respostas sociais.

Esta estratégia permitirá à Associação continuar a desempenhar um papel relevante na comunidade.

18.8 Conclusão

A sustentabilidade da Associação depende da capacidade para equilibrar responsabilidade financeira, qualidade dos serviços e compromisso social.

Os investimentos realizados, a gestão prudente dos recursos, a valorização dos colaboradores e a permanente preocupação com a melhoria da qualidade demonstram que a Instituição se encontra preparada para enfrentar os desafios dos próximos anos.

A Direção reafirma a sua convicção de que a criação de valor social continuará a constituir o principal indicador de sucesso da Associação.

19. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

19.1 Enquadramento

Em cumprimento do disposto no SNC-ESNL e das boas práticas de relato financeiro, a Direção procedeu à avaliação dos acontecimentos ocorridos após 31 de dezembro de 2025 suscetíveis de influenciar a interpretação das demonstrações financeiras ou a continuidade da atividade da Associação.

Após essa análise, concluiu-se que **não ocorreram factos relevantes que determinem ajustamentos às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**.

Sem prejuízo do referido, a Direção continuará a acompanhar atentamente a evolução do contexto económico, social e legislativo, adotando as medidas consideradas necessárias para assegurar a estabilidade e sustentabilidade da Instituição.

A entidade informa que não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da entidade perante a segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

20. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO

Nos termos da legislação aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, dos Estatutos da Associação e do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo, a Direção propõe que o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de **112.744,28 euros**, seja integralmente transferido para **Resultados Transitados/Fundos Patrimoniais**.

Esta proposta fundamenta-se na necessidade de reforçar a autonomia financeira da Associação, consolidar a sua estrutura patrimonial e criar condições para a realização de futuros investimentos destinados à melhoria das respostas sociais e das condições de funcionamento da Instituição.

A afetação do resultado aos Fundos Patrimoniais permitirá reforçar a sustentabilidade financeira da ABECL, preservando a sua capacidade para cumprir a missão institucional e responder aos desafios futuros.

21. DECLARAÇÃO DA DIREÇÃO

A Direção da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua declara que o presente Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) e refletem, tanto quanto é do conhecimento da Direção, de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial, financeira e os resultados da Associação.

A Direção declara igualmente que o presente Relatório descreve de forma fiel a evolução da atividade desenvolvida durante o exercício, os principais acontecimentos ocorridos, os riscos identificados, os investimentos realizados, a situação económica e financeira da Instituição e as perspetivas para o futuro.

Os membros da Direção assumem a responsabilidade pela informação constante deste documento e reafirmam o seu compromisso com uma gestão transparente, prudente e orientada para a prossecução da missão da Associação.

22. ANÁLISE INTEGRADA DO DESEMPENHO DA ASSOCIAÇÃO

22.1 Introdução

A avaliação do desempenho de uma Instituição Particular de Solidariedade Social não pode limitar-se à análise do resultado líquido do exercício.

A natureza da missão desenvolvida pela Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua exige uma apreciação integrada que considere simultaneamente a sustentabilidade económica, a qualidade das respostas sociais, a valorização das pessoas, a preservação do património e o impacto produzido na comunidade.

Neste contexto, a Direção procedeu a uma análise global do desempenho institucional, procurando avaliar de forma integrada os diferentes fatores que influenciaram a atividade desenvolvida durante o exercício de 2025.

22.2 Desempenho Institucional

O exercício de 2025 ficou marcado pela consolidação da atividade da Associação, permitindo assegurar o funcionamento regular das diferentes respostas sociais e manter elevados padrões de qualidade na prestação dos serviços.

A manutenção de uma elevada taxa de ocupação das respostas sociais evidencia a confiança que a comunidade continua a depositar na Instituição e confirma a adequação dos serviços prestados às necessidades da população.

A estabilidade operacional alcançada constitui igualmente um importante indicador da capacidade organizacional da Associação.

22.3 Desempenho Económico

A análise das demonstrações financeiras evidencia que a Associação terminou o exercício com uma situação económica equilibrada, permitindo gerar um resultado positivo e reforçar os Fundos Patrimoniais.

Este desempenho assume especial relevância num contexto caracterizado pelo aumento generalizado dos custos de funcionamento, nomeadamente com recursos humanos, alimentação, energia e aquisição de bens e serviços.

A Direção considera que a gestão financeira desenvolvida durante o exercício permitiu compatibilizar a realização de investimentos relevantes com a manutenção do equilíbrio económico da Instituição.

22.4 Desempenho Patrimonial

O património da Associação continua a representar um dos seus principais fatores de estabilidade.

Os investimentos realizados ao longo do exercício contribuíram para reforçar a qualidade das instalações, modernizar equipamentos e aumentar a eficiência operacional da Instituição.

A valorização do património constitui uma preocupação permanente da Direção, entendendo que os ativos da Associação representam um legado construído ao longo de mais de quatro décadas e que deverá ser preservado para as futuras gerações.

22.5 Desempenho Organizacional

A organização interna demonstrou capacidade para responder às exigências operacionais das diferentes respostas sociais, assegurando a continuidade dos serviços prestados e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

A articulação entre os órgãos sociais, os serviços administrativos, as equipas técnicas e os colaboradores permitiu desenvolver uma atividade regular e eficiente, reforçando a capacidade de resposta da Instituição.

A Direção considera que a estabilidade organizacional constitui um dos principais fatores de sucesso da Associação.

22.6 Desempenho Social

O principal resultado da atividade da Associação não pode ser medido exclusivamente através das demonstrações financeiras.

A verdadeira criação de valor verifica-se diariamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas apoiadas, na tranquilidade proporcionada às famílias, na promoção da autonomia dos utentes e na contribuição para a coesão social da comunidade.

A Direção entende que este impacto social constitui o principal indicador de desempenho da Instituição.

22.7 Criação de Valor para a Comunidade

Ao longo do exercício de 2025, a Associação continuou a afirmar-se como um importante parceiro da comunidade local.

Para além da prestação direta de respostas sociais, a Instituição contribuiu para:

- criação e manutenção de emprego qualificado;
- dinamização da economia local;
- colaboração com entidades públicas e privadas;
- reforço da rede social do concelho;
- apoio às famílias;
- promoção do envelhecimento digno.

Esta intervenção ultrapassa largamente a dimensão económica da atividade desenvolvida e traduz a importância da Associação para o desenvolvimento social do concelho de Porto de Mós.

22.8 Conclusão da Avaliação Integrada

A análise efetuada permite concluir que a Associação apresentou durante o exercício de 2025 um desempenho globalmente positivo.

A situação económica equilibrada, a estabilidade da atividade, a realização de investimentos estruturantes, a valorização do património e a qualidade das respostas sociais demonstram que a Instituição dispõe de condições para continuar a cumprir a sua missão.

A Direção entende que os resultados alcançados constituem simultaneamente um motivo de satisfação e um incentivo para prosseguir uma gestão assente na responsabilidade, transparência, inovação e melhoria contínua.

23. MATRIZ ESTRATÉGICA DA ABECL (2026–2030)

Missão

Promover o bem-estar, a dignidade e a qualidade de vida das pessoas, através da prestação de respostas sociais de excelência, desenvolvidas com profissionalismo, humanismo e responsabilidade.

Visão

Ser reconhecida como uma Instituição de referência no setor social, distinguindo-se pela qualidade dos cuidados prestados, pela sustentabilidade da gestão, pela inovação organizacional e pelo compromisso permanente com a comunidade.

Valores

- Dignidade Humana
- Solidariedade
- Ética
- Transparência
- Responsabilidade
- Competência
- Inovação
- Sustentabilidade
- Humanização
- Proximidade

Objetivos Estratégicos 2026–2030

Eixo I – Sustentabilidade Financeira

Objetivo

Reforçar a autonomia financeira da Instituição.

Linhas de atuação

- Diversificação das fontes de receita.
- Candidaturas a programas de financiamento.
- Reforço dos Fundos Patrimoniais.
- Otimização dos custos operacionais.

Eixo II – Pessoas

Objetivo

Valorizar os colaboradores.

Linhas de atuação

- Formação contínua.
- Retenção de talento.
- Melhoria das condições de trabalho.
- Promoção do bem-estar organizacional.

Eixo III – Qualidade

Objetivo

Melhorar continuamente as respostas sociais.

Linhas de atuação

- Avaliação da satisfação dos utentes.
- Revisão de procedimentos.
- Digitalização de processos.
- Reforço da humanização dos cuidados.

Eixo IV – Património

Objetivo

Preservar e valorizar o património da Associação.

Linhas de atuação

- Plano plurianual de manutenção.
- Renovação de equipamentos.
- Eficiência energética.
- Modernização tecnológica.

Eixo V – Comunidade

Objetivo

Reforçar o papel da ABECL como instituição de referência.

Linhas de atuação

- Desenvolvimento de parcerias.
- Projetos intergeracionais.
- Voluntariado.
- Comunicação institucional.

24. MENSAGEM FINAL

"Ao longo de mais de quarenta anos, a Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua construiu muito mais do que edifícios, equipamentos ou respostas sociais. Construiu confiança. Construiu proximidade. Construiu um património humano que diariamente se traduz em cuidado, dedicação e serviço à comunidade.

O Relatório e Contas de 2025 procura refletir esse percurso. Mais do que apresentar números, pretende demonstrar a forma como os recursos confiados à Instituição foram geridos com responsabilidade, transparência e rigor, sempre ao serviço da missão que inspira a Associação desde a sua fundação.

A Direção renova o seu compromisso de continuar a desenvolver uma gestão prudente, sustentável e orientada para as pessoas, preservando os valores que deram origem à ABECL e preparando a Instituição para responder aos desafios das próximas gerações.

Porque cuidar é mais do que prestar um serviço. É assumir diariamente o compromisso de dignificar a vida de quem mais precisa."

PARTE II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Introdução

Concluída a apresentação do Relatório de Gestão, apresentam-se as Demonstrações Financeiras da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), de acordo com o disposto no DL 36-A/2011 de 9 de março e com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, Portaria n.º 218/2015, de 29 de julho e o Aviso 8259/2015 de 29 de julho.

As demonstrações financeiras constituem a representação estruturada da posição patrimonial e financeira da Associação, bem como do desempenho económico alcançado durante o exercício.

A sua elaboração obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites, refletindo de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial, financeira e os resultados da Instituição.

Contudo, importa referir que a interpretação destes mapas deve ser efetuada de forma integrada com o Relatório de Gestão anteriormente apresentado.

Numa Instituição Particular de Solidariedade Social, a leitura dos resultados financeiros não pode ser dissociada da missão institucional nem do impacto social produzido pela atividade desenvolvida.

Os mapas contabilísticos apresentados nas páginas seguintes constituem, por isso, um complemento indispensável ao Relatório de Gestão, permitindo fundamentar quantitativamente a atividade desenvolvida durante o exercício.

1. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIREÇÃO

Nos termos da legislação aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social e do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo, a Direção da Associação de Bem-Estar em Cruz da Légua é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Direção declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis, refletindo de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o seu património, os resultados obtidos e os fluxos financeiros gerados durante o exercício.

A Direção declara igualmente que adotou as medidas consideradas adequadas para assegurar a correta organização contabilística da Instituição, a salvaguarda do seu património e o cumprimento das obrigações legais, fiscais e regulamentares aplicáveis.

Na preparação das demonstrações financeiras foram observados os princípios da continuidade, consistência, especialização dos exercícios, materialidade, prudência e não compensação, assegurando a comparabilidade da informação financeira apresentada.

2. LEITURA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras devem ser analisadas de forma integrada, uma vez que cada mapa evidencia uma dimensão distinta da atividade da Associação.

O **Balanço** apresenta a posição patrimonial da Instituição em 31 de dezembro de 2025, evidenciando os recursos controlados (ativos), as obrigações perante terceiros (passivos) e os Fundos Patrimoniais acumulados ao longo da história da Associação.

A **Demonstração dos Resultados** evidencia os rendimentos e gastos reconhecidos durante o exercício, permitindo avaliar o desempenho económico alcançado e o resultado líquido obtido.

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa** evidencia a forma como foram gerados e utilizados os recursos financeiros, permitindo apreciar a capacidade da Instituição para cumprir as suas obrigações e financiar a sua atividade.

A **Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais** evidencia a evolução do património líquido da Associação, permitindo compreender o impacto dos resultados obtidos e das restantes variações patrimoniais ocorridas durante o exercício.

Finalmente, o **Anexo às Demonstrações Financeiras** complementa a informação apresentada nos mapas contabilísticos, descrevendo os principais critérios contabilísticos adotados e fornecendo informação adicional considerada relevante para uma adequada compreensão da situação financeira da Associação.

3. BALANÇO

Nota Introdutória

O Balanço representa a posição patrimonial da Associação em 31 de dezembro de 2025.

Através deste mapa contabilístico é possível identificar os recursos económicos controlados pela Instituição, as responsabilidades assumidas perante terceiros e o valor dos Fundos Patrimoniais acumulados desde a constituição da Associação.

A análise do Balanço demonstra a solidez patrimonial da ABECL, suportada por um património construído ao longo de mais de quatro décadas de atividade e continuamente valorizado através dos investimentos realizados.

Os investimentos efetuados durante o exercício, designadamente na modernização das instalações, na eficiência energética e na renovação tecnológica, contribuíram para reforçar a capacidade operacional da Instituição e para melhorar as condições de prestação das respostas sociais.

Os Fundos Patrimoniais continuam a representar um elemento fundamental da estabilidade financeira da Associação, constituindo a principal garantia da sua sustentabilidade futura.

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Balanço individual
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade monetária: euros

Rubricas	Notas	31.Dez. 25	31.Dez. 24
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1 151 724,33	1 130 784,70
Activos intangíveis		1 169,73	1 169,73
Investimentos em curso		-	29 982,10
Fundadores/Beneméritos/Doadores/Membros			
Outros Créditos e ativos não correntes			
Total dos Activos Não Correntes		1 152 894,06	1 161 936,53
Activo corrente			
Inventários		9 904,48	12 298,89
Créditos a receber	5 e 10	14 906,65	12 280,56
Estado e outros entes públicos	6		
Fundadores/Beneméritos/Doadores/Membros		60,00	
Outras contas a receber		1 618,80	
Outros activos financeiros		7 579,24	7 579,24
Caixa e depósitos bancários	8	933 630,88	810 077,84
Total dos Activos Correntes		967 700,05	842 236,53
Total do Activo		**2 120 594,11**	**2 004 173,06**
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos	9	18 571,98	18 571,98
Reservas	9		
Resultados transitados	9	1 518 952,67	1 510 169,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	9	189 387,99	194 908,82
Resultado líquido do exercício		112 744,28	8 788,69
Total dos Fundos Patrimonais		**1 839 656,92**	**1 732 438,49**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total dos Passivos Não Correntes		**-**	**-**
Passivo corrente			
Fornecedores	12	50 061,50	43 832,70
Estado e outros entes públicos	6	39 903,80	37 612,11
Fundadores/Beneméritos/Doadores/Membros		10 276,59	10 183,60
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	7		
Outros passivos correntes	10 e 11	180 695,30	180 106,16
Total dos Passivos Correntes		**280 937,19**	**271 734,57**
Total do Passivo		**280 937,19**	**271 734,57**
Total dos Fundos Patrimonais e do Passivo		**2 120 594,11**	**2 004 173,06**
		-	-

Cruz da Légua, 29 de Março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO .

4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota Introdutória

A Demonstração dos Resultados apresenta o desempenho económico da Associação durante o exercício de 2025.

Os rendimentos reconhecidos refletem essencialmente a atividade desenvolvida no âmbito das respostas sociais da Instituição, bem como as comparticipações obtidas através dos acordos de cooperação e restantes fontes de financiamento.

Os gastos refletem os recursos consumidos para assegurar a prestação dos serviços, destacando-se, pela sua relevância, os encargos com o pessoal, diretamente associados à natureza intensiva em recursos humanos da atividade desenvolvida.

O resultado líquido positivo obtido demonstra a capacidade da Associação para compatibilizar a prossecução da sua missão institucional com uma gestão financeira equilibrada, permitindo reforçar os Fundos Patrimoniais e criar condições para a realização de futuros investimentos.

Importa salientar que, numa IPSS, o resultado económico constitui um instrumento de sustentabilidade e não um objetivo em si mesmo.

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade monetária: euros

Rendimentos e gastos	Notas	31.Dez. 25	31.Dez. 24
Vendas e serviços prestados	13	825 092,28	749 347,96
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP - Centro Distrital	21	826 386,65	710 930,31
IEFP	21	32 415,30	7 776,00
Autarquias	21	750,00	11 787,60
Outros		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	- 197 734,06	- 186 378,98
Fornecimentos e serviços externos	14	- 287 227,32	- 283 387,50
Gastos com o pessoal	15	- 1 118 291,32	- 990 269,31
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	16	72 900,27	61 362,58
Outros gastos	17	- 7 176,70	- 35 059,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		147 115,10	46 108,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	- 51 856,01	- 43 113,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		95 259,09	2 995,18
Juros e rendimentos similares obtidos	19	17 491,75	5 793,51
Juros e gastos similares suportados	20	- 6,56	-
Resultado antes de impostos		112 744,28	8 788,69
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		112 744,28	8 788,69

Cruz da Légua, 29 de Março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Nota Introdutória

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite analisar a origem e a aplicação dos recursos financeiros da Associação ao longo do exercício.

Este mapa evidencia a capacidade da Instituição para gerar meios financeiros suficientes ao desenvolvimento da sua atividade, cumprir pontualmente as suas obrigações e financiar os investimentos realizados.

A análise dos fluxos de caixa demonstra que a gestão financeira da Associação continuou a privilegiar uma utilização prudente dos recursos disponíveis, assegurando simultaneamente a estabilidade da tesouraria e a concretização dos investimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento da Instituição.

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes		861 720,11
Pagamentos a fornecedores	-	485 476,38
Pagamentos ao pessoal	-	1 094 534,39
Caixa gerada pelas operações	**-**	**718 290,66**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos		859 551,95
Fluxos de caixa das atividades de operacionais (1)		**141 261,29**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	35 200,00
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares		17 491,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**-**	**17 708,25**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		
Variações de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		**123 553,04**
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		**810 077,84**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**933 630,88**

Cruz da Légua, 29 de Março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

6. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Nota Introdutória

A Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais evidencia a evolução do património líquido da Associação durante o exercício.

O reforço dos Fundos Patrimoniais representa um importante indicador da consolidação financeira da Instituição, aumentando a sua capacidade para responder aos desafios futuros e garantindo maior autonomia financeira.

A Direção considera que o fortalecimento dos Fundos Patrimoniais constitui uma prioridade estratégica, permitindo assegurar a continuidade da missão institucional e preservar o património construído ao longo da história da Associação.

Nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

DESCRIÇÃO	**Saldo em 01 Jan 2025**	**Aumentos**	**Diminuições**	**Saldo em 31 Dez 2025**
Fundos	18 571,98	0,00 €	0,00 €	18 571,98 €
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	194 908,82	0,00 €	5 525,85 €	189 382,97 €
Resultados Transitados	1 510 169,00	8 788,69 €	0,00 €	1 518 957,69 €
Resultado Líquido do Período	8 788,69	112 744,28 €	8 788,69 €	112 744,28 €
TOTAL	1 732 438,49	121 532,97 €	14 314,54 €	1 839 656,92 €

7. NOTAS DE LEITURA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A leitura das demonstrações financeiras permite retirar um conjunto de conclusões relevantes relativamente ao exercício de 2025:

- A Associação manteve uma estrutura patrimonial sólida e adequada à dimensão da sua atividade.
- Os investimentos realizados reforçaram a capacidade operacional da Instituição e contribuíram para a modernização das suas infraestruturas.
- O resultado líquido positivo obtido permitiu fortalecer os Fundos Patrimoniais e aumentar a capacidade de autofinanciamento.
- A gestão da tesouraria permitiu assegurar o cumprimento regular das obrigações assumidas perante trabalhadores, fornecedores e restantes entidades.
- A situação económico-financeira evidenciada pelas demonstrações financeiras é compatível com a continuidade da atividade e com a prossecução da missão institucional da Associação.

8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Clientes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

CLIENTES	**31/dez/25**	**31/dez/24**
Clientes e Utentes	**14.906,65 €**	**12.280,56 €**
Outros	0,00 €	0,00 €
Subtotal	**14.906,65 €**	**12.280,56 €**
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €
Total	**14.906,65 €**	**12.280,56 €**

2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e passivo apresentava os seguintes saldos:

	31/dez/25	**31/dez/24**
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	0,00 €	0,00 €
Outros impostos e taxas	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	**0,00 €**
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos s/ o rendimento (IRS)	4.314,10 €	4.275,38 €
Segurança Social	35.589,70 €	33.322,83 €
Outros impostos e taxas	0,00 €	16,94 €
	39.903,80 €	**37.612,11 €**

3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como se segue:

	31/dez/24	**31/dez/24**
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar (altas hospitalares)	€	8.793,04 €
Seguros pagos antecipadamente	620,16 €	1.058,55 €
Seguros Multirriscos	998,64 €	984,00 €
Outros gastos a reconhecer	€	0,00 €
Diferimentos (Passivo)		
Seguros a Liquidar (recursos humanos)	2.158,34 €	1.202,77 €
Remunerações a liquidar	143.889,14 €	109.342,92 €
Seg. Social a liquidar	32.087,28 €	24.383,47 €
Subsídios para Investimento	194.908,82 €	194.908,82 €
Outros Rendimentos a reconhecer	2.557,54 €	150,88 €

4. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontrava-se com os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	**31/dez/25**	**31/dez/24**
Caixa	11.876,77 €	13.662,88 €
Depósitos á ordem	229.254,11 €	126.414,96 €
Depósitos a prazo	692.500,00 €	670.000,00 €
TOTAL	**933.630.88 €**	**810.077,84 €**

5. Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	Saldo em 01 Jan 2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 Dez 2025
Fundos	18 571,98	0,00 €	0,00 €	18 571,98 €
Ajustamentos / outras variações	194 908,82	0,00 €	5 525,85 €	189 382,97 €
Resultados Transitados	1 510 169,00	8 788,69 €	0,00 €	1 518 957,69 €
Resultado Líquido do Período	8 788,69	112 744,28 €	8 788,69 €	112 744,28 €
TOTAL	1 732 438,49	121 532,97 €	14 314,54 €	1 839 656,92 €

6. Outras Contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Outras Contas a receber e a Pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31/dez/25		31/dez/24	
	Não Corrente	**Corrente**	**Não Corrente**	**Corrente**
Pessoal / Remuneração a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	55.861,71 €
Fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Devedores e credores por acréscimos	0,00 €	180.695,30 €	0,00 €	124.244,45 €
Outras contas a receber e a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**0,00 €**	**180.695,30 €**	**0,00 €**	**180.106,16 €**

7. Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Pessoal" tinha a seguinte composição:

	31/dez/25		31/dez/24	
	Não Corrente	**Corrente**	**Não Corrente**	**Corrente**
Pessoal / Remuneração a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	55.861,71 €
TOTAL	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**55.861,71 €**

8. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

FORNECEDORES	**31/dez/25**	**31/dez/24**
Fornecedores conta corrente	50.061,50 €	43.832,70 €
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
Fornecedores receção e conferência	0,00 €	0,00 €
Fornecedores com adiantamentos	0,00 €	0,00 €
Total Geral	**50.061,50 €**	**43.832,70 €**

9. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2025, 2024 e de 2023 foram como se seguem:

	31/dez/25	**31/dez/24**	**31/dez/23**
Vendas	795,91 €	553,27 €	414,64 €
Prestação de serviços:			
Matrículas, mensalidades e Quotas dos utilizadores	824.296,37 €	745.968,69 €	680.812,83 €
Lar	667.990,87 €	624.439,34 €	559.079,25 €
Centro de Dia	23.210,50 €	23.166,00 €	12.978,17 €
Apoio domiciliário	102.389,00 €	88.659,35 €	104.091,41 €
Altas Hospitalares	27.445,00 €	9.704,00 €	
Quotas	3.261,00 €	2.826,00 €	0,00 €
TOTAL	**825.092,28 €**	**748.794,69 €**	**681.227,47 €**

10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	31/dez/24	**31/dez/24**	**31/dez/23**
Subcontratos			
Serviços Especializados	89.042,31 €	108.185,18 €	122.486,85 €
Materiais	44.650,39 €	40.250,39 €	32.776,54 €
Energia e fluidos	96.399,16 €	94.363,64 €	90.110,88 €
Deslocações, estadas e transportes	730,42 €	2,75 €	102,50 €
Serviços diversos	56.405,04 €	40.585,54 €	43.867,36 €
Restantes Rubricas			
TOTAL	**287.227,32 €**	**283.387,50 €**	**287.878,25 €**

11. Gastos com o Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro 2025, 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	31/dez/25	31/dez/24	31/dez/23
Remunerações do pessoal	912.833,41 €	813.269,31 €	782.79,03 €
Encargos sobre remunerações	183.519,50 €	163.916,83 €	156.665,57 €
Seguros de acidentes de trabalho	11.140,30 €	9.070,22 €	9.500,23 €
Gastos de ação social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Benefícios pós emprego	8.208,99 €	80,00 €	0,00 €
Indeminizações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros gastos com pessoal	2.589,12 €	3.229,01 €	1.626,55 €
TOTAL	**1.118.291,32 €**	**990.269,31 €**	**950.551,38 €**

12. Outros Rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, no exercício em 31 de dezembro:

Outros Rendimentos e ganhos	31/dez/25
Rendimentos suplementares	36627,83 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €
Recuperação de dívidas a receber	0,00 €
Ganhos em inventários	520,50 €
Correções relativas a exercícios anteriores	13.685,66 €
Imputação de subsídios para investimentos	5.520,83 €
Restituição de impostos	5.615,47 €
Outros	10.929,98 €
TOTAL	**72.900,27 €**

13. Outros gastos e perdas

Os outros ganhos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e de 2023, foram como se seguem:

Outros gastos e perdas	31/dez/25	31/dez/24	31/dez/23
Impostos	168,53 €	192,12 €	106,70 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Perdas em inventários	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos e perdas financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas	515,00 €	445,00 €	450,00 €
Correções relativas a exercícios anteriores	6.493,17 €	4.629,78 €	2.100,00 €
Correções de inventários	00,0 €	29.774,80 €	0,00 €
TOTAL	**7.176,70 €**	**35.041,70 €**	**2.656,70 €**

14. Gastos de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

Amortizações e Reintegrações	31/dez/25	31/dez/24
Ativos Fixos tangíveis	51.856,01 €	43.113,63 €
Ativos Fixos Intangíveis	0.00 €	0.00 €
TOTAL	**51.856,01 €**	**43.113,63 €**

15. Juros, dividendos e outros Rendimentos similares

O valor desta rubrica nos períodos de 2025 e 2024 tinha a seguinte composição:

	31/dez/25	31/dez/24
Juros e Rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	17.491,75 €	5.793,51 €
Dividendos obtidos		
Outros Juros		
TOTAL	**17.491,75 €**	**5.793,51 €**

16. Gastos e perdas de Financiamento

O valor desta rubrica nos períodos de 2025 e 2024 tinha a seguinte composição:

Juros e gastos similares suportados	**31/dez/25**	**31/dez/24**
Juros suportados	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas de financiamento	6,56 €	0,00 €
TOTAL	**6,56 €**	**0,00 €**

17. Subsídios, doações e legados à Exploração

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a entidade tinha os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	**31/dez/25**	**31/dez/24**
Subsídios do estado e outras entidades:		
- Segurança Social	826.386,65 €	710.930,31 €
- Centro de Emprego (IEFP)	32.415,30 €	7.776,00 €
- Autarquias	750,00 €	11.787,60 €
- Outros	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**859.551,95 €**	**730.493,91 €**

18. Custo das mercadorias consumidas e matérias consumidas

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a entidade, nesta rubrica apresentava os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	**31/dez/25**	**31/dez/24**
Existências Iniciais	12.298,89 €	41.974,67 €
Compras	196.401,85 €	186.378,98 €
Regularização de Existências	-1.062,20 €	-29.675,78 €
Existências Finais	9.904,48 €	12.298,89 €
TOTAL do C.M.V.M.C	**197.734,06 €**	**186.378,98 €**

9. RESULTADOS POR VALÊNCIAS ANO DE 2025

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Resposta Social/Atividade: Lar de idosos

Nº Médio de Utentes: 69

Unidade monetária: euros

Rendimentos e gastos	Notas	31.Dez. 25
Vendas e serviços prestados		671 311,17
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centro Distrital		528 282,99
Inst. Emp. E Form. Profissional		17 171,52
Autarquias		397,30
Outros		-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 104 746,66
Fornecimentos e serviços externos		- 217 363,39
Gastos com o pessoal		- 856 158,57
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos		38 617,83
Outros gastos e perdas		- 5 431,07
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		72 081,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- 39 242,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32 838,34
Juros e rendimentos similares obtidos		7 012,17
Juros e gastos similares suportados		- 4,39
Resultado antes de impostos		39 846,13
Imposto sobre o rendimento do período		-
Resultado líquido do período		39 846,13

Cruz da Légua, 29 de Março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO .

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Resposta Social/Atividade: Centro de dia

Nº Médio de Utentes: 13

Unidade monetária: euros

Rendimentos e gastos	Notas	31.Dez. 25
Vendas e serviços prestados	14	23 305,49
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centro Distrital	22	22 866,46
Inst. Emp. E Form. Profissional	22	-
Autarquias		-
Outros		-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-
Fornecimentos e serviços externos	15	-
Gastos com o pessoal	16	- 53 668,87
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	17	-
Outros gastos e perdas	18	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		- 7 496,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 7 496,92
Juros e rendimentos similares obtidos	20	-
Juros e gastos similares suportados	21	- 0,29
Resultado antes de impostos		- 7 497,20
Imposto sobre o rendimento do período		-
Resultado líquido do período		- 7 497,20

Cruz da Légua, 29 de Março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO A DIREÇÃO .

_____ _____

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Resposta Social/Atividade: Altas Hospitalares

Nº Médio de Utentes: 5

Unidade monetária: euros

Rendimentos e gastos	Notas	31.Dez. 25
Vendas e serviços prestados	14	27 445,00
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centro Distrital	22	48 891,54
Inst. Emp. E Form. Profissional	22	-
Autarquias		-
Outros Apoio Adaptar - COVID		-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-
Fornecimentos e serviços externos	15	-
Gastos com o pessoal	16	- 33 127,23
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	17	-
Outros gastos e perdas	18	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43 209,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		43 209,31
Juros e rendimentos similares obtidos	20	-
Juros e gastos similares suportados	21	-
Resultado antes de impostos		43 209,31
Imposto sobre o rendimento do período		-
Resultado líquido do período		43 209,31

Cruz da Légua, 29 de Março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO A DIREÇÃO .

Associação de Bem Estar em Cruz da Légua
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Resposta Social/Atividade: Altas Hospitalares

Nº Médio de Utentes:

Unidade monetária: euros

Rendimentos e gastos	Notas	31.Dez. 25
Vendas e serviços prestados	14	27 445,00
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centro Distrital	22	48 891,54
Inst. Emp. E Form. Profissional	22	-
Autarquias		-
Outros Apoio Adaptar - COVID		-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-
Fornecimentos e serviços externos	15	-
Gastos com o pessoal	16	- 33 127,23
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	17	-
Outros gastos e perdas	18	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43 209,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		43 209,31
Juros e rendimentos similares obtidos	20	-
Juros e gastos similares suportados	21	-
Resultado antes de impostos		43 209,31
Imposto sobre o rendimento do período		-
Resultado líquido do período		43 209,31

Cruz da Légua, 29 de Março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO A DIREÇÃO .